

A Mensagem de Fernando Pessoa e o prémio de poesia do SPN de 1934

José Barreto*

Palavras-chave

Fernando Pessoa, Mensagem, António Ferro, Secretariado de Propaganda Nacional, Alberto Osório de Castro, Acácio de Paiva, Mário Beirão, Teresa Leitão de Barros.

Resumo

Pretende-se neste estudo historiar, recorrendo nomeadamente a documentação recém-revelada, o modo como o livro *Mensagem* de Fernando Pessoa foi premiado na “segunda categoria” do Prémio Antero de Quental (poesia), na primeira edição dos Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), ocorrida em 1934. Sabia-se da aposta pessoal de António Ferro em premiar Pessoa – uma aposta que se viria a revelar falhada, como também se tratará de mostrar. Faltava, porém, conhecer em maior detalhe as vicissitudes da votação do júri de poesia, os votos individuais dos jurados, as características pessoais destes, bem como as suas apreciações das obras a concurso e as possíveis motivações de cada um. O reaparecimento da acta da reunião do júri, que nunca se tinha podido consultar, veio proporcionar novas clarificações desses e de outros aspectos até agora obscuros, ainda que várias interrogações permaneçam. Espera-se deste modo contribuir para a contextualização histórica do prémio que a *Mensagem* obteve do organismo de propaganda do Estado Novo e para a compreensão do significado de tal facto, sempre mencionado entre os dados biográficos de Fernando Pessoa.

Keywords

Fernando Pessoa, Mensagem, António Ferro, Secretariado de Propaganda Nacional, Alberto Osório de Castro, Acácio de Paiva, Mário Beirão, Teresa Leitão de Barros.

Abstract

Taking into account the most recent documentation, we intend to present the history of how Fernando Pessoa’s book *Mensagem* won the “second place” of the Prize Antero de Quental (poetry), during the first edition of the Literary Awards of the Bureau of National Propaganda [Secretariado de Propaganda Nacional (SPN)] in 1934. The purpose Antonio Ferro had to award a prize to Pessoa is known – a failed purpose, as we will try to prove. But not the details concerning the election process for the Poetry Prize, the individual votes of the juries, their personal characteristics, their appreciation of the different works, and their motivations. The recent finding of the minute of the jury meeting has brought new light to these and other aspects which until now had been obscure, even though some questions still remain unanswered. In this way we hope to contribute to the understanding of the historical context of the Prize awarded to *Mensagem* by Portugal’s “New State” [Estado Novo] Propaganda office and to understand the meaning of this fact, always mentioned in Fernando Pessoa’s biographies.

* Universidade de Lisboa, Instituto de Ciências Sociais.

O regulamento do concurso

Um decreto-lei de Salazar, datado de 25 de setembro de 1933, criou junto da presidência do Conselho de Ministros o Secretariado de Propaganda Nacional, organismo incumbido da “direcção e superintendência da Propaganda Nacional interna e externa”. Nesse decreto-lei (23054), entre as numerosas funções do novo organismo, incumbia-se o SPN da tarefa de “estimular, na zona da sua influência, a solução de todos os problemas referentes à vida do espírito, colaborando com os artistas e escritores portugueses e podendo estabelecer prémios que se destinem ao desenvolvimento de uma arte e de uma literatura acentuadamente nacionais” (art. 4.º, alínea g). A atribuição de prémios a artistas e escritores estava, pois, prevista como uma das competências do SPN desde o momento da sua concepção e criação. Sublinhe-se que o objectivo dos prémios era o de promover uma arte e uma literatura “acentuadamente nacionais”, entenda-se, nacionalistas.

A 26 de outubro de 1933 foi solenemente inaugurada por Salazar a sede do SPN, com António Ferro como seu director. Volvido cerca de um mês, a 29 de novembro, o *Diário de Notícias*, sob o título “Política do Espírito”, transcreveu na sua primeira página um comunicado oficial do SPN em que, declarando desejar contribuir para revelar, aproveitar e auxiliar os renovadores das artes e das letras nacionais, anunciava a “instituição de cinco prémios literários para o ano de 1933-1934” e transcrevia as bases do respectivo regulamento (*DIÁRIO DE NOTÍCIAS*, 1933: 1). Os prémios eram os seguintes: Prémio Eça de Queirós (romance), Prémio Alexandre Herculano (história), Prémio Antero de Quental (poesia), Prémio Ramalho Ortigão (ensaio) e Prémio António Enes (jornalismo).

Na parte relativa ao Prémio Antero de Quental, dizia o regulamento contido no comunicado do SPN de 29 de novembro de 1933:

1) O Prémio Antero de Quental será atribuído a obras de duas categorias: a) ao melhor livro de versos, não inferior a 100 páginas, que seja publicado de 1 de julho de 1933 a 1 de julho de 1934, e em que se revele uma inspiração bem portuguesa e mesmo, de preferência, um alto sentido de exaltação nacionalista; b) a um poema, ou poesia solta, onde as mesmas qualidades e intenções se manifestem. 2) À primeira categoria será concedida uma recompensa de 5.000 escudos; à segunda, uma recompensa de 1.000 escudos. 3) As obras escolhidas serão designadas durante o mês de outubro de 1934. 4) O júri será constituído por: a) um poeta de grande nome nacional; b) um poeta da nova geração literária; c) e d) dois críticos literários em exercício na imprensa de Lisboa.

E nas “disposições gerais” do citado regulamento era dito:

1) De todos os júris fará parte o director do Secretariado de Propaganda Nacional, ou, em caso de seu impedimento, um representante do mesmo Secretariado. 2) Os concorrentes a cada um dos prémios devem enviar, até 1 de julho de 1934, seis exemplares das suas obras ao Secretariado de Propaganda Nacional, que fará a competente distribuição pelos membros dos vários júris.

Apesar de apresentado como “um breve resumo das bases e condições a que está sujeita a concessão dos prémios”, o articulado contido no referido comunicado de imprensa viria a constituir, de facto, o texto oficial do regulamento, tendo ulteriormente sido alterado apenas em dois pontos: o prazo para a entrega das obras a concurso, que no decurso de 1934 seria prolongado, em todos os prémios, da data inicialmente prevista de 1 de julho para 31 de outubro desse ano, e o prazo para o anúncio das obras premiadas, que do mês de outubro passou para o final do mesmo ano.¹ O regulamento, como se constata, não incluía qualquer referência a quem presidiria aos vários júris. Na prática, a presidência viria a ser assumida por António Ferro, em cujo gabinete de director do SPN se realizaram todas as reuniões dos júris. Várias fontes, entre as quais a biografia de Fernando Pessoa da autoria de Robert Bréchon, indicam erradamente que o júri do Prémio Antero de Quental teria sido presidido por Mário Beirão (BRÉCHON, 1996: 516). Como se pode igualmente verificar, o regulamento também não estipulava expressamente que o director do SPN, que integrava todos os júris, teria apenas voto de desempate, mas foi isso o que o próprio decidiu, segundo a imprensa noticiou depois: como não se verificou empate em nenhum júri, António Ferro não teve de intervir em qualquer das resoluções tomadas (cf. *DIÁRIO DE LISBOA*, 1934: 16). Compreende-se que o director do SPN quisesse manter uma aparência de distanciamento das decisões dos júris, para não ser acusado de interferência em matérias literárias ou artísticas, dado o seu cargo político, à frente de um organismo directamente dependente da presidência de Salazar. A partir do ano de 1935, no novo regulamento dos prémios literários, já se incluirá a menção expressa de que o director do SPN “intervirá apenas nas decisões em caso de empate” (FERRO, 1935: 37), mas continuará a não se fazer referência explícita a quem presidia as reuniões do júri.

Como se pode ainda constatar pela leitura do regulamento divulgado em novembro de 1933, desde o início que ficara estipulado que o prémio de poesia Antero de Quental seria “atribuído a obras de duas categorias”, a primeira, “livro de versos, não inferior a 100 páginas” e, a segunda, “poema ou poesia solta”. João Gaspar Simões, porém, na sua biografia de Fernando Pessoa, sustentaria erradamente que não havia de início senão *um prémio de poesia* e que, “perante a situação criada pelo júri”, ao conceder o prémio ao livro *A Romaria* de Vasco Reis, António Ferro havia decidido instituir um “prémio de segunda categoria”, para assim poder premiar Pessoa (SIMÕES, 1981: 654, nota 6). Esta informação errada, contida já na 1.^a edição da biografia (SIMÕES, [1950]: II, 320), nunca foi corrigida pelo autor nas seis edições posteriores, apesar de logo em 1951 ter sido rebatida (FREITAS DA COSTA, 1951: 155-156). Esse erro acha-se bastante disseminado na literatura posterior. Alfredo Margarido, em 1986, declarava que a segunda

¹ Cf. o regulamento divulgado em *DIÁRIO DE NOTÍCIAS* (1933: 1) com o “Regulamento dos prémios literários para o ano 1933-1934” reproduzido em FERRO (1935: 27-31), versão definitiva do mesmo.

categoria do Prémio Antero de Quental fora “criada especialmente” para Fernando Pessoa, por intervenção de António Ferro, após a decisão do júri de premiar *A Romaria* (MARGARIDO, 1986: 13). Fernanda de Castro, nas suas memórias publicadas em 1988, contribuiu para dar novo alento ao mal-entendido, ao afirmar que o seu marido, António Ferro, confrontado com a intransigência dos membros “demasiado legalistas” do júri, que faziam finca-pé na questão do número insuficiente de páginas da obra de Pessoa, teria tido de “inventar, à pressa, um prémio extra”, para que a *Mensagem* “não ficasse à margem, esquecida numa gaveta” e Fernando Pessoa pudesse vir a ser considerado “o continuador de Camões” e este seu livro como “um novo capítulo de *Os Lusíadas*” (CASTRO, 1988: 314). Como é sabido, Ferro não inventou “à pressa” qualquer “prémio extra” para a *Mensagem*, apenas elevou o prémio pecuniário da segunda categoria ao nível do prémio que *A Romaria* obtivera.

As revelações da reaparecida acta do júri do Prémio Antero de Quental

Não foi até hoje localizado, no núcleo do SPN/SNI conservado da Torre do Tombo, ainda não tratado arquivisticamente na sua totalidade, o original do livro de actas dos júris dos prémios literários atribuídos por aquele organismo a partir do ano de 1934. A falta de tão importante documento, há muito lamentada pelos investigadores pessoanos, causaria ao longo dos anos várias interrogações e propiciaria, também, diversas especulações infundadas sobre o modo como ocorreu atribuição do prémio à *Mensagem* de Fernando Pessoa.

A recente descoberta, no arquivo da família de António Ferro, de uma fotocópia da acta do júri do Prémio Antero de Quental de 1934, entretanto dada à estampa (ANSELMO, 2015: 184-195), veio enfim permitir lançar luz sobre alguns aspectos duvidosos da história da atribuição do prémio de poesia da “segunda categoria” ao autor de *Mensagem*, ainda que deixando vários outros aspectos na penumbra. O texto da acta, aqui reproduzido integralmente no **Apêndice 1**, foi transcrito directamente da referida fotocópia, cuja consulta nos foi facultada no arquivo da Fundação António Quadros, à qual aqui se agradece. A fotocópia em questão corresponde à “Acta número quatro”, inserta a folhas 9 a 13, recto e verso, de um livro de actas do qual se desconhece o âmbito temporal e se ignora o paradeiro actual. Trata-se de uma fotocópia em papel sensível, o que indicia ter sido produzida na década de 1960 ou de 1970, e procede do espólio pessoal de Fernanda de Castro, conservado no dito arquivo. Tanto quanto foi possível apurar, não existem no arquivo da Fundação António Quadros outras fotocópias de actas dos prémios literários do SPN, nem de 1934, nem de anos posteriores.

Até 2015, do conteúdo da acta do júri do Prémio Antero de Quental apenas se conhecia o nome dos premiados e a circunstância de ambos terem sido escolhidos “por maioria”. Conhecia-se ainda, ou julgava conhecer-se, alguns

trechos da acta divulgados pela imprensa lisboeta a 31 de dezembro de 1934 e 1 de janeiro de 1935, alguns deles referentes a Fernando Pessoa e à *Mensagem*, porque a sua leitura terá sido facultada a alguns jornalistas no final da cerimónia de anúncio dos prémios, ocorrida a 31 de dezembro. Diga-se, a este respeito, que os supostos trechos da acta referentes a Fernando Pessoa e à *Mensagem*, que viriam a ser citados em vários jornais daqueles dias – nomeadamente no *Diário de Lisboa* (1934: 16), no *Diário de Notícias* (1935: 1-2) e no *Diário da Manhã* (1935: 1 e 3) – divergem bastante do teor textual da acta de cuja fotocópia agora dispomos, embora não divirjam muito do seu sentido. Como vários desses trechos citados nos jornais são iguais, pode concluir-se que a sua fonte foi a mesma, possivelmente um comunicado de imprensa do SPN, mas não a acta cuja fotocópia apareceu. Note-se ainda que esta acta não está assinada por nenhum dos membros do júri, como seria devido, mas apenas pelo secretário da reunião, António de Meneses, tendo as linhas destinadas às assinaturas dos membros do júri e do presidente do SPN ficado por preencher.

O discurso que António Ferro pronunciou no fim da cerimónia de anúncio dos prémios, a que a imprensa também fez referência, citando-lhe alguns trechos, é aqui reproduzido integralmente no **Apêndice 2**, com base no original manuscrito, presumivelmente inédito, que também se encontra no arquivo da Fundação António Quadros. Procedendo a idêntico cotejo com a passagem do discurso publicada no *Diário de Lisboa* de 31 de dezembro de 1934, conclui-se que ela foi transcrita com inteira fidelidade.

A acta da reunião do júri do Prémio Antero de Quental, datada de 29 de dezembro de 1934, refere que a sessão foi iniciada por António Ferro, que começou por ler o regulamento do concurso e teceu diversas considerações sobre a instituição dos Prémios Literários do SPN, cujo teor não ficou registado. Em seguida, Ferro enumerou as catorze obras e respectivos autores concorrentes ao prémio da primeira categoria (“livro de versos, não inferior a 100 páginas”), com a *Mensagem* de Fernando Pessoa listada logo à cabeça, bem como as oito obras concorrentes ao prémio de segunda categoria (“poema ou poesia solta”). Diga-se que sete das oito obras a concurso na segunda categoria eram também livros e não propriamente poemas ou poesias soltas. Procedeu-se seguidamente ao exame das obras apresentadas, vindo três delas a ser consideradas “fora dos termos do concurso”, nomeadamente a *Mensagem*, por ter menos de 100 páginas, dado que o “corpo do livro” (*sic*) acabava na página 96. A outra obra excluída do concurso por motivo idêntico, *Água do meu Poço*, de Marques Matias, tinha um total de apenas oitenta páginas, aliás inumeradas. Mais adiante retomaremos a descrição ordenada do conteúdo da acta.

Uma das primeiras questões que a leitura da acta vem esclarecer reside na circunstância, agora indiscutivelmente provada, de a obra *Mensagem* ter sido proposta pelo seu autor na categoria de “livro de versos”, tendo depois “transitado” dessa primeira categoria para a segunda, correspondente a “poema

ou poesia solta”, por o júri ter achado que não cumpria o requisito mínimo das 100 páginas fixado no regulamento. O termo “transitado” é da acta, para mais num contexto em que se infere que a passagem da *Mensagem* de uma categoria para a outra ocorreu em virtude de uma decisão tomada durante a reunião do júri. Refira-se que este episódio foi, desde cedo, alvo de interpretações contraditórias, tendo João Gaspar Simões declarado, em 1950, que a *Mensagem* se apresentara ao concurso como *livro de versos* (SIMÕES, 1981: 654, nota 6) e Freitas da Costa sustentado contra ele, em 1951, ser “evidente” que a obra de Pessoa fora proposta na categoria de *poema ou poesia solta*, pela razão de ser “a única a que podia propor-se” (FREITAS DA COSTA, 1951: 157). Nesta particular questão, há que dar agora razão a João Gaspar Simões, visto que da acta se depreende de forma inequívoca que a *Mensagem* se apresentara como livro de versos e não como poema ou poesia solta. A argumentação de Freitas da Costa não se baseava em qualquer prova documental, mas sim numa dedução falaciosa. O próprio facto de a paginação do livro *Mensagem* ter sido artificialmente dilatada, com muitas páginas intercalares, de modo a obter-se um volume com 100 ou mais páginas, sugere claramente que a intenção do autor (ajudado nos contactos com a tipografia pelo seu amigo Augusto Ferreira Gomes, autor da capa e do grafismo do livro) foi a de satisfazer essa condição do regulamento relativa ao “livro de versos”.

A questão levantada pelo júri sobre o alegado número insuficiente de páginas, de que a acta nos dá agora testemunho directo, afigura-se, de resto, uma falsa questão, dado que o livro *Mensagem* tem, de facto, mais de 100 páginas: a última página numerada do livro, a segunda do Índice, ostenta o número 100, à qual se seguem ainda a terceira página do Índice e a página do colofon, ambas inumeradas. O regulamento oficial do Prémio Antero de Quental falava simplesmente do *número de páginas* das obras a submeter a concurso, sem aludir ao “corpo do livro”, duvidoso conceito referido na acta. Em tipografia, *corpo do livro* é simplesmente o conjunto das folhas de um livro, reunidas em cadernos, com exclusão das capas e sobrecapas. Há uma outra expressão, *corpo do texto*, que alude por sua vez ao texto principal de um livro, com exclusão de quadros, legendas, citações longas, notas de rodapé, bibliografia, índices, etc. Ora o regulamento, como se viu, não falava nem de “corpo do livro” nem de “corpo do texto”. O singular critério do júri, que de modo algum se pode considerar “legalista”, consistiu, pois, arbitrariamente, em não contabilizar como válidas as três páginas do Índice (pp. 97 a 101, das quais se acham numeradas apenas as pp. 99 e 100) e a página do colofon (p. 102, inumerada). Era um critério aparentemente *à medida* para excluir a *Mensagem*, ainda que por falta de apenas três páginas. Sublinhe-se que a objecção sobre o número de páginas do alegado “corpo do livro” da *Mensagem* foi levantada na primeira parte da reunião do júri (tal como vem descrita na acta), quando ainda não eram conhecidos os votos escritos dos jurados ausentes. Assim, parece plausível que tal objecção terá surgido com o fim de

eliminar, à partida, a concorrência que o livro *Mensagem* previsivelmente faria à obra de Vasco Reis, *A Romaria*, a qual só no seguimento da dita reunião, após a leitura dos votos por correspondência e a votação dos jurados presentes, viria a revelar-se como a preferida pela maioria dos votantes, como adiante se dirá. Foi já sublinhado o empenho de António Ferro em premiar Pessoa, integrando-se numa campanha de promoção da *Mensagem* que terá sido previamente concertada entre vários amigos e colaboradores do director do SPN (BLANCO, 2007). Este intento era muito plausivelmente conhecido dos membros do júri, pelo que o especioso pretexto do número de páginas do “corpo do livro” lhes terá servido para contrariar a predisposição de Ferro a favor da *Mensagem* ou até uma sua eventual argumentação em defesa do livro de Pessoa, num momento da reunião em que ainda não se conheciam os votos dos ausentes e, por isso, não se podia saber se o director do SPN iria usar o voto de desempate. A acta não permite identificar quem exactamente levantou a objecção do número de páginas, isto é, se foi Acácio de Paiva ou Mário Beirão, mas António Ferro foi vencido nessa questão pelos dois membros do júri presentes, como o testemunha Fernanda de Castro em *Ao Fim da Memória*, ao referir que o seu marido terá tentado convencer o júri a ignorar o alegado problema do número de páginas, sem todavia o conseguir (CASTRO, 1988: 314). Uma hipótese, embora até hoje não provada, é que uma “conspiração” contra a *Mensagem*, com o pretexto do número de páginas, tenha começado ainda antes da reunião do júri, em intriga de bastidores eventualmente fomentada por Alfredo Pimenta, como já foi aventado (BLANCO, 2007: 155). Saliente-se que o historiador Alfredo Pimenta, prefaciador do livro *A Romaria* e plausível apoiante da candidatura de Vasco Reis, era também membro dos júris dos prémios do SPN de história (Prémio Alexandre Herculano) e ensaio (Prémio Ramalho Ortigão) desse mesmo ano de 1934 (ver aqui o **Apêndice 3**). Sabe-se, também, da forte antipatia mútua existente entre Fernando Pessoa e Alfredo Pimenta, documentada por vários escritos do espólio do poeta, alguns deles já publicados, como o texto “Barril de Lixo”, de cerca de fevereiro de 1935 (BARRETO, 2009: 253-255 e 277).

Outro aspecto crucial esclarecido pela cópia da acta recentemente encontrada é o da votação, pois não existia até agora meio de saber como os membros do júri do Prémio Antero de Quental se tinham manifestado, quer relativamente ao livro *A Romaria*, quer à *Mensagem*. Não só era desconhecido o sentido dos votos de cada um dos jurados, como também se desconhecia qualquer apreciação por eles individualmente feita a respeito das obras a concurso. Apenas se sabia, como já foi dito, que o prémio da segunda categoria, atribuído à *Mensagem*, o fora “por maioria”, tal como o fora o prémio da primeira categoria, atribuído à *Romaria*. Como os membros do júri votantes eram quatro e Ferro não interveio, inferia-se que o resultado das duas votações teria forçosamente sido de três contra um. E, de facto, assim terá sido considerado pelo júri, mas as circunstâncias particulares em que as duas votações decorreram e o laconismo da

acta só por via indirecta nos permitem compreender, no detalhe, o que efectivamente se passou.

Os quatro membros do júri, cuja escolha fora da responsabilidade do director do SPN, eram: Alberto Osório de Castro, correspondente ao “poeta de grande nome nacional” indicado pelo regulamento; Mário Beirão, a quem cabe a designação de “poeta da nova geração literária” consignada no regulamento; e Acácio de Paiva e Teresa Leitão de Barros, que seriam os “dois críticos literários em exercício na imprensa de Lisboa”. A reunião do júri do Prémio Antero de Quental teve lugar, como se disse, a 29 de dezembro de 1934, dois dias antes da cerimónia do anúncio dos prémios do SPN no restaurante Tavares (31 de dezembro). A reunião do júri, realizada no gabinete do director do SPN, foi por este presidida e contou com a presença de apenas dois dos quatro jurados, o jornalista Acácio de Paiva e o poeta Mário Beirão, além de António de Meneses, que secretariou e redigiu a acta. Os dois membros do júri ausentes, Alberto Osório de Castro e Teresa Leitão de Barros, deram o seu voto por escrito, em cartas que foram lidas na reunião antes da votação dos membros presentes. Sublinhe-se que, não tendo participado na reunião, aqueles dois jurados não puderam ter informação prévia de que a *Mensagem* iria transitar da categoria de livro para a categoria de poema.

Retomemos aqui a descrição do conteúdo da acta. Após a desqualificação das obras “fora dos termos do regulamento” e de outras sujeitas a um “exame de valores”, o secretário António de Meneses procedeu à leitura dos votos escritos dos membros ausentes, começando pela carta de Teresa Leitão de Barros, endereçada ao “presidente do júri”. Teresa Leitão de Barros indicou a *Mensagem* de Fernando Pessoa para o prémio da primeira categoria e, para a segunda categoria, o poema *Credo*, apresentado em dactiloscrito, da autoria de Ramiro Guedes de Campos (memorize-se este nome, a que voltaremos mais tarde). Teresa Leitão de Barros afirmava não ter hesitado na escolha do livro que merecia o prémio, dadas as condições ou preferências expostas no regulamento, mas que, mesmo sem esses requisitos, ela teria sempre escolhido a *Mensagem*, “porque ela é, na verdade, rica de conceito e de intenção, ainda que pouco acessível a muitas sensibilidades”. Por sua vez, o voto escrito de Alberto Osório de Castro começava por destacar quatro obras, com a *Mensagem* e *A Romaria* à cabeça. De seguida, passava a uma apreciação destas duas obras, em confronto uma com a outra, que abaixo se transcreve:

O livro de Fernando Pessoa é obra de alto poeta dominador da técnica e do tema lírico, mas, por demasia, elíptico e hermético. Contém um profundo “sentido de exaltação nacionalista”, é certo, o imenso sonho atlântico do Quinto Império. Mas a inspiração é excessivamente esotérica para directamente chegar à alma clara e simples do povo português, enamorada do sol e da vida. Perfeita maravilha de lirismo português é o livro de Vasco Reis, *A Romaria*. Esse, sim, desabrocha do solo português como uma delicada *fioretta* franciscana, roseta branca ou rósea dos pinhais ou dos montados, em plena primavera emocional. O lirismo encantador dessa obra prima unge a paisagem idílica do Além-Douro

minhoto, transfigura, em pureza e candura, a alma da sua gente moça ou idosa; ante a aparição final da “Segunda Barca”, magistralmente nuançada, sente-se o mesmo frémito que nos dá a leitura de certos casos de *Phantasms of [the] living*. O aparecimento desta obra rara ao concurso é para mim um acontecimento igual ao que seria o livro de Cesário Verde ou de António Nobre. Uma revelação excepcional do novo poeta lusíada.

Alberto Osório de Castro formulou ainda várias reservas sobre outras obras a concurso, embora tecesse elogios parciais a algumas delas. Em conclusão, a sua votação era esta:

Na primeira categoria ficaria, por meu voto, como maior valor, o admirável livro de Vasco Reis. Na segunda categoria do concurso, como maior valor, o de Fernando Pessoa, digno de ser inscrito, poemeto a poemeto, no solo marmóreo das estátuas dos nossos grandes homens representativos.

A escolha de Alberto Osório de Castro para o prémio da primeira categoria, optando com notável entusiasmo pela obra de Vasco Reis, no confronto que dela fez com a de Fernando Pessoa, era acompanhada da proposta de que a *Mensagem* fosse distinguida, não se sabe com que fundamento, com o prémio da segunda categoria. Não se compreende bem tal proposta, dado que, como se disse, o ausente Alberto Osório de Castro não poderia saber que a *Mensagem* haveria de “transitar”, por decisão tomada durante a reunião do júri, para a segunda categoria – a não ser que alguma concertação prévia à reunião tenha acontecido nos bastidores. O espírito da sua proposta parece ter sido o de conceder uma espécie de prémio de consolação ao livro do “alto poeta dominador da técnica e do tema lírico”, apesar de ser obra demasiada “elíptica” e “hermética”, com a aparente justificação de que cada “poemeto” da *Mensagem* era digno de figurar em pedestais de estátuas de figuras históricas nacionais.

Após a leitura das cartas dos membros do júri ausentes, ambas transcritas na íntegra na acta da reunião, o registo do que se passou enveredou por um sensível laconismo. Os votos de Acácio de Paiva e Mário Beirão relativos à primeira categoria, ambos concedidos ao livro *A Romaria*, são registados na acta em estilo quase telegráfico, que contrasta com o detalhe das cartas:

Comentando estas cartas, o Senhor Acácio de Paiva fez várias observações a propósito dos livros do concurso, terminando por dar o seu voto a *Romaria*, de Vasco Reis. Fala, em seguida, o Senhor Doutor Mário Beirão, que manifesta o seu entusiasmo pela mesma obra, classificando o seu autor de “poeta verdadeiro” e a sua poesia, espontânea e límpida, de “voz de uma fonte”. Considera-se, pois, atribuído, por maioria, ao livro de Vasco Reis, o Prémio de Antero de Quental (primeira categoria).

A acta omite os pormenores das “várias observações” de Acácio de Paiva, nem sequer registando as razões da sua escolha de *A Romaria*.

Para a segunda categoria, Acácio de Paiva declarou abster-se, por nenhuma obra o ter satisfeito (supõe-se que, nessa altura da reunião do júri, a *Mensagem* já havia “transitado” para a categoria em causa). Mário Beirão, por seu turno, imitou o voto de Alberto Osório de Castro, propondo que o prémio da segunda categoria fosse concedido à *Mensagem*. Assim reza a acta:

Para a segunda categoria manifestou o Senhor Acácio de Paiva a sua intenção de não dar o seu voto a nenhuma das obras apresentadas, por nenhuma delas o satisfazer completamente. O Senhor Doutor Mário Beirão propõe que o prémio seja atribuído à *Mensagem* de Fernando Pessoa, quer pelo seu valor intrínseco, quer por se tratar duma obra que pode ser encarada no seu conjunto como um autêntico poema nacionalista. Assim se atenderia também à opinião da Senhora Dona Teresa Leitão de Barros, que, tendo o livro de Fernando Pessoa, por ser inferior a cem páginas, transitado para esta categoria, não deixaria por certo de o salientar entre todos. Tendo o Senhor Acácio de Paiva aderido a estas considerações, foi o Prémio de Antero de Quental (segunda categoria) atribuído, por maioria, ao livro *Mensagem*.

Apesar de não exposto claramente na acta, o resultado concreto e detalhado das duas votações terá sido, segundo se pode deduzir, o que se passa a expor.

Na primeira categoria, livro de versos, venceu “por maioria” o livro *A Romaria*, de Vasco Reis, com os votos de Alberto Osório da Castro, Acácio de Paiva e Mário Beirão, considerando-se que Teresa Leitão de Barros tinha votado em *Mensagem*. Como esta obra “transitou”, durante a reunião do júri, para a segunda categoria, foi logicamente anulado o voto de Teresa Leitão de Barros na primeira categoria, daí *A Romaria* ter sido considerada vencedora “por maioria”.

Na segunda categoria, poema ou poesia solta, venceu igualmente “por maioria” a *Mensagem* de Fernando Pessoa, com os votos de Teresa Leitão de Barros, Alberto Osório de Castro e Mário Beirão, considerando-se (ou presumindo-se) que: 1) Acácio de Paiva recusou dar o seu voto a qualquer obra desta categoria, 2) Teresa Leitão de Barros *estaria de acordo* em premiar a *Mensagem* na segunda categoria *se tivesse sabido* que essa obra “transitaria” de categoria, 3) Alberto Osório de Castro *propusera* a *Mensagem* para prémio da segunda categoria, ainda que *não soubesse* que essa obra “transitaria” efectivamente de categoria, 4) Mário Beirão *propôs* também que se premiasse a *Mensagem* na segunda categoria, com a justificação de que o livro de Pessoa, além do seu “valor intrínseco” (o que não quer dizer muito), *poderia ser encarado* no seu conjunto como *um autêntico poema nacionalista* e de que se “atenderia” assim, também, à opinião de Teresa Leitão de Barros.

As considerações da proposta de Mário Beirão, às quais, segundo a acta, Acácio de Paiva “aderiu” (mas sem dar o seu voto à *Mensagem*, o que explica o prémio desta apenas “por maioria”), implicavam que o voto de Teresa Leitão de Barros na *Mensagem* para a primeira categoria fosse validado na segunda categoria e que, conseqüentemente, fosse anulado o voto que essa jurada dera ao poema

Credo, de Ramiro Guedes de Campos, para a segunda categoria. Tudo isto se passou, como é manifesto, de forma confusa e pouco ortodoxa, dada a ausência na reunião de metade dos membros do júri e em vista daquilo que o magro regulamento do concurso estipulava ou permitia que se fizesse. É evidente o laconismo da acta em relação a vários pormenores desta votação pouco regular, mas, como se depreende, terá sido decisivo o papel do director do SPN e *de facto* presidente do júri, António Ferro, na negociação e ratificação de todas as resoluções tomadas, o que não significa que o resultado final das deliberações do júri correspondesse àquilo que pessoalmente mais lhe agradaria, mas apenas que, nas circunstâncias dadas, foi o resultado que logrou obter.

A parte final da acta, depois de referir que o director do SPN se congratulou pela revelação de Vasco Reis, um poeta até então praticamente desconhecido, regista ainda as palavras de António Ferro sobre o autor da *Mensagem*:

Acerca de Fernando Pessoa, declarou também a sua grande satisfação por ver o júri reconhecer e homenagear o mérito da sua obra, trazendo assim à luz duma maior publicidade um nome de marcado prestígio nos cenáculos intelectuais, mas que até agora voluntariamente vivera num isolamento distante. Mostrou-se também resolvido a estudar com atenção o processo de aproveitar a escolha do Júri para demonstrar a Fernando Pessoa o particular apreço que a sua rara personalidade merece a todos os espíritos cultos.

Esta intenção, registada em acta, de estudar o processo de demonstrar o seu particular apreço a Fernando Pessoa, indicia que António Ferro não ficou inteiramente satisfeito com a decisão do júri, atendendo não só ao desnível *pecuniário* dos prémios atribuídos a Vasco Reis (cinco mil escudos) e Fernando Pessoa (mil escudos), problema que o director do SPN trataria depois de remediar, como também, possivelmente, ao desnível de *qualidade* entre as obras dos dois autores, que não terá escapado a Ferro.

Apesar dos incidentes processuais de uma votação algo atabalhoada, a forma inequívoca como os membros do júri de poesia manifestaram as suas preferências na categoria de “livro de versos” e, sobretudo, o entusiasmo com que alguns deles se referiram ao livro vencedor de Vasco Reis, levam-nos a concluir que, não obstante *A Romaria* e a *Mensagem* terem *formalmente* concorrido em categorias separadas do prémio de poesia, por detrás do resultado oficial se dissimulava, de facto, uma insofismável vitória da obra de Vasco Reis sobre a de Fernando Pessoa. Isso está bem patente na declaração de voto de Alberto Osório de Castro, que colocou nos pratos da balança as obras dos dois autores, inclinando-se de forma clara para *A Romaria*. Essa preferência não está patente no voto de Acácio de Paiva, nem podia estar, porque não foram reveladas as suas “observações a propósito dos livros do concurso”, de que fala a acta. Adiante veremos como Acácio de Paiva nutria uma velha e radical antipatia pelos poetas e artistas do *Orpheu* e pela literatura modernista em geral. Por sua vez, Mário Beirão teve

palavras muito elogiosas para com *A Romaria*, qualificando o seu autor de “poeta verdadeiro” e a sua poesia de “espontânea e límpida”, cantando como a “voz de uma fonte”, ao passo que da *Mensagem* se limitou a reconhecer o seu “valor intrínseco”, que pouco ou nada significa como apreciação literária, e o seu carácter “nacionalista”, valorativo apenas politicamente. A isso Beirão apenas juntou a sua opinião de que o *livro* de versos de Pessoa podia ser encarado como “um autêntico poema”, para assim justificar a sua arrumação na segunda categoria do concurso. Beirão parece ter-se esquivado, tanto quanto a acta permite concluir, a formular um juízo *literário*, negativo ou positivo, sobre a *Mensagem*, mas se realmente o fez, a acta significativamente não o registou. Também não ficou registada qualquer referência de Beirão ao poeta Fernando Pessoa, com quem outrora se relacionara e cuja obra, dispersa por periódicos, decerto conhecia bem. Assim, dos quatro membros do júri, só Teresa Leitão de Barros manifestou clara preferência pela *Mensagem*, da qual salientou a sua “beleza literária”, a riqueza de “conceito e intenção” e o “alevantageado cunho nacionalista”, não se coibindo ainda de afirmar, como já foi referido, que mesmo sem a exigência do *sentido de exaltação nacionalista*, posta pelo regulamento, ela votaria da mesma maneira.

Os membros do júri do Prémio Antero de Quental

Para uma melhor contextualização da atribuição dos prémios Antero de Quental de 1934, será útil examinar alguns dados biográficos dos jurados.

Alberto Osório de Castro (1868-1946), então com 66 anos, escolhido por Ferro como “poeta de grande nome nacional”, foi um juiz e político que exerceu vários altos cargos da magistratura e do Estado, incluindo os de juiz conselheiro do Supremo Tribunal de Justiça, ministro da Justiça do governo de Sidónio Pais e, a partir de 1926, diversos cargos sob a Ditadura Militar. No passado, tinha exercido durante longos anos a judicatura em África, Índia e Timor, onde também se dedicou à escrita poética e a estudos antropológicos e botânicos. A íntima amizade com Camilo Pessanha, desde os tempos da universidade, e a demorada permanência nas colónias portuguesas deixou um traço de exotismo na sua obra poética, globalmente situada entre o decadentismo e o simbolismo, com uma feição orientalista. Alberto Osório de Castro foi um dos prefaciadores, em 1914, do livro de quadras “populares” de António Ferro e Augusto Cunha, *Missal de Trovas*. Em 1918, foi ele quem apresentou o seu jovem amigo António Ferro, recém-mobilizado para o serviço militar, ao comandante Filomeno da Câmara, que ia partir para Angola como governador-geral: “Leve-o consigo, ele escreverá a crónica do seu governo”. Filomeno fez-lhe a vontade e, já em Angola, nomeou o seu ajudante-de-campo António Ferro para secretário-geral do governo (FERRO, 1927: 9-11). Nada se sabe de eventuais relações de Alberto Osório de Castro com Fernando Pessoa, que, todavia, tinha uma relação de amizade com os seus sobrinhos João de Castro

Osório e José Osório de Oliveira. Pessoa valorizava a poesia de Alberto Osório de Castro, pois incluiu cinco poemas seus num projecto editorial intitulado “Anthologia Lyrica Portuguesa”, com um total de cinquenta poemas (BNP/E3, 48-20^r), além de ter incluído um volume do mesmo poeta numa projectada colecção de poesia portuguesa e estrangeira, designada “Anthologia”, que compreenderia a publicação de 50 pequenos volumes de 32 páginas em papel *vergé* a vender pelo preço de 2\$50 cada (BNP/E3, 48-12^r) (Figs. 1 e 2). Na biblioteca particular de Fernando Pessoa acha-se o livro de Alberto Osório de Castro, *O Sinal da Sombra* (Lisboa: Livraria Clássica, 1923).²

Mário Beirão (1890-1965), então com 44 anos, escolhido por Ferro como “poeta da nova geração literária”, era um destacado poeta do saudosismo, hoje designado como neo-romântico, que fora revelado pela revista *A Águia*, onde publicaria um total de quarenta poemas entre 1911 e 1928. Os primeiros cinco livros de poesia de Beirão, *Cintra* (1912), *O Último Lusíada* (1913), *Ausente* (1915), *Lusitânia* (1917) e *Pastorais* (1923), foram também editados pela Renascença Portuguesa. Teixeira de Pascoaes foi um seu grande admirador, como também o atesta a correspondência por eles trocada ao longo da vida. Entre 1912 e 1914, Mário Beirão deu-se com Fernando Pessoa, numa aproximação descrita como de “efémero entusiasmo mútuo, seguido de um distanciamento que perdurou por duas décadas, até à morte de Pessoa” (GAGLIARDI, 2014: 75). Pessoa elogiou Beirão repetidamente na correspondência que com ele trocou em 1912-1914 e no artigo publicado em 1912 na *Águia*, «A nova poesia portuguesa no seu aspecto psicológico». Em carta a Beirão de 6 de dezembro de 1912, Pessoa comparava-o, com vantagem, ao jovem Keats *antes* de este evoluir e atingir a perfeição (PESSOA, 1998: 56-58). Beirão, por sua vez, dizia admirar Pessoa como poeta, mas era de opinião que ele “intelectualiza tudo, é todo intelectual”, segundo o testemunho de Mário de Sá-Carneiro em carta a Pessoa datada de 14 de maio de 1913 (SÁ-CARNEIRO, 2015: 174). Num manuscrito datável do mesmo período, Pessoa escreveu: “M. Beirão – a constante monotonia, a constante *febre*” (BNP/E3, 14E-75^v cit. em PESSOA, 2013: 469). Em carta de 25 de março de 1913, Sá-Carneiro dizia a Pessoa (SÁ-CARNEIRO, 2015: 119-120): “A ‘repetição’, ainda que em frases, pensamentos, geniais, é flagrante na gente da Renascença e mesmo dentro do mesmo poeta. Noto isto mesmo no Mário Beirão e daí achar inteiramente justificado o seu receio sobre a possível monotonicidade do *Último Lusíada*” – livro que estava prestes a ser publicado. Como as cartas de Pessoa para Sá-Carneiro se perderam, não se sabe exactamente o que Pessoa lhe dissera sobre Beirão. Pouco depois, Pessoa, em carta a Mário Beirão, datada de 8 de abril de 1913, pedia-lhe que lhe enviasse o livro *O Último Lusíada* assim que ele fosse publicado. A 6 de maio de 1913, Sá-Carneiro dizia, em resposta a uma carta de Pessoa: “Muito interessante e subtil o que diz sobre o Beirão. Concordo plenamente com a

² Acessível em: <<http://bibliotecaparticular.casafernandopessoa.pt/8-97>>.

necessidade de mais de um estilo” – o que sugere que Pessoa teria afirmado que a poesia de Beirão repetiria sempre o mesmo estilo. A 15 de maio de 1913, Pessoa agradeceu a Beirão o envio do livro, elogiou-o (“livro maravilhoso”), prometendo escrever-lhe detalhadamente sobre ele em breve, mas não chegou a fazê-lo. No ano seguinte, na última carta que escreveu a Beirão (19 de julho de 1914), Pessoa afirmava ter gostado das suas últimas poesias, entre as quais “Charneca das Naves” (publicada na *Águia* de abril de 1914), acrescentando: “Mas nenhuma delas me parece marcar um novo estádio dentro da sua obra. Tenho curiosidade em saber em que sentido você vai evoluir”. Adiante emendava, garantindo: “nesse caminho, seja ele qual for, você será sempre o grande poeta e o grande artista que é” (PESSOA, 1998: 118-119). A impressão que fica, todavia, é que Pessoa *esperava uma evolução* de Beirão, mas que ele tardava em evoluir. Realmente, não se sabe como terá Pessoa apreciado a obra ulterior de Beirão, mas apenas que a correspondência mútua e, possivelmente, as relações entre ambos terminaram em 1914, coincidindo também com o afastamento definitivo de Pessoa da *Águia*. Revelando-se mais tarde um apoiante do Estado Novo, Mário Beirão seria repetidamente escolhido por António Ferro, nos anos 1930, como jurado dos prémios de poesia do SPN. Em 1937, Beirão escreveria a letra da “Marcha da Mocidade Portuguesa”, que o marcou negativamente aos olhos do público anti-salazarista. Alguns juízos actuais sobre a obra poética de Mário Beirão insistem na ideia de que a posteridade não lhe trouxe o reconhecimento merecido. Há quem pense que a obra de Beirão foi vítima de “ostracização pelo terrorismo cultural da oposição ao Estado Novo” (PEREIRA, 1996) ou, por outro prisma, que a obra poética de Beirão “não teve ainda recepção à altura”, visto que “não se entendeu o significado da sua poesia, como de resto não se percebeu ainda a modernidade do saudosismo seu contemporâneo” (FRANCO, 2008: 80). Vários autores (PEREIRA, 1996; MOURA, 2009; LOURENÇO, 2011) pensam que *Lusitânia* (1917) de Mário Beirão inspirou em maior ou menor grau a *Mensagem* de Fernando Pessoa, citando-se até a opinião de David Mourão-Ferreira, segundo a qual Beirão teria sido “o mais directo precursor do Fernando Pessoa da *Mensagem*” (MOURA, 2009). Em idêntica linha, a relação intertextual de *Lusitânia* e *Mensagem* foi salientada num estudo recente (GAGLIARDI, 2014). Nos antípodas destas opiniões, Teresa Rita Lopes considera que *Lusitânia* é uma obra “deslavada” e incomparável com a *Mensagem*. Sobre Beirão, que rotula de “insípido”, a mesma autora declara que hoje “já ninguém precisa de saber quem é” (LOPES, 2009). Como não se conhece qualquer opinião publicada de Beirão sobre Pessoa e a sua obra, não sabemos como ele poderá ter apreciado a *Mensagem* em 1934, mas talvez nos bastasse considerar que lhe preferiu *A Romaria* e que insistiu, juntamente com Acácio de Paiva, na questão do número de páginas, para que o livro de Pessoa transitasse para a categoria de poema. Se considerarmos que, pelos motivos expostos, a *Mensagem* pode bem ter sido percebida por Beirão como obra rivalizando com a sua *Lusitânia* de 1917, a imagem daquilo que para ele estava

em jogo ficará mais completa. Acrescente-se apenas que Fernando Pessoa não deixou no seu espólio qualquer apreciação de *Lusitânia*.

Acácio de Paiva (1863-1944), então com 71 anos, escolhido por Ferro como um dos dois “críticos literários em exercício na imprensa de Lisboa”, era um jornalista, poeta, humorista e comediógrafo, que se notabilizou sobretudo como autor de crônicas jornalísticas ligeiras (“A Fita da Semana”, no *Diário de Notícias* e, depois, n’*O Século*) e de poesias, sobretudo humorísticas (muitas delas assinadas por *Belmiro*), tendo produzido também vasta obra de teatro de revista. Entre 1897 e 1921, foi colaborador e director dos sucessivos suplementos ilustrados e humorísticos do jornal *O Século*, nomeadamente de *O Século Cómico* (1913-1921), e destacado colaborador, até 1921, da revista *Ilustração Portuguesa*, conciliando essa actividade com a de funcionário da Alfândega de Lisboa durante mais de trinta anos. Só muito esporadicamente Acácio de Paiva terá sido também crítico literário, faceta que não é salientada nas suas biografias, o que ajudará a explicar a reacção de João Gaspar Simões, no *Fradique* de 31 de janeiro de 1935, classificando de “desconcertante” a sua escolha por António Ferro para jurado do Prémio Antero de Quental (SIMÕES, 1935a). Uma faceta mais conhecida de Acácio de Paiva – obviamente não ignorada por Ferro – era a sua forte antipatia pelos poetas e artistas modernistas ou futuristas. Entre 1915 e 1919, o *Orpheu*, Álvaro de Campos, Mário Sá-Carneiro, Guilherme de Santa-Rita, Almada Negreiros e outros foram alvo frequente das suas troças no *Século Cómico* e na *Ilustração Portuguesa*. Em abril-julho de 1915, o *Século Cómico*, dirigido por Acácio de Paiva, publicou oito peças troçando da “rapaziada” do *Orpheu*, algumas assinadas pelos seus pseudónimos *Belmiro* e *João Ripanso*, outra assinada por *Pablo Peres* (*futurista-electricista*), também seu possível pseudónimo de ocasião, outras ainda não assinadas, mas muito possivelmente da sua autoria, bem como um poema satírico de Bramão de Almeida, “Futurismo”, macaqueando a poesia de Sá-Carneiro para a ridicularizar.³ O poema “Santa Rita Pintor (do Orfeu)” (*O SÉCULO CÓMICO*, 1915b), macaqueando os poemas tipográficos futuristas com idêntica intenção trocista (**Fig. 3**), era obra de Acácio de Paiva (*Belmiro*). Em 1916 e 1917, na *Ilustração Portuguesa* e n’*O Século Cómico*, Acácio de Paiva publicou cinco peças, umas assinadas por si, outras sob os pseudónimos *Belmiro* e *J. Neutral*, troçando novamente do *Orpheu* e da conferência futurista de Almada Negreiros realizada no Teatro República a 14 de abril de 1917.⁴ Em 1919, vestiu a dupla pele de crítico literário e crítico de arte, num artigo de três páginas da *Ilustração Portuguesa* – não assinado, mas de autoria denunciada pela sua verve inconfundível – em que vergastou o cubismo e a arte moderna em geral, aproveitando para visar novamente o *Orpheu*, Sá-Carneiro e os pintores

³ Vejam-se os números d’*O Século Cómico* de 8, 14 e 22 de abril, 3 de junho e 1, 8 e 22 de julho de 1915.

⁴ Vejam-se os números da *Ilustração Portuguesa* de 17 de julho de 1916 e 23 de abril de 1917, e os números d’*O Século Cómico* de 17 de julho de 1916 e 23 e 30 de abril de 1917.

Guilherme Santa-Rita, Amadeu de Sousa-Cardoso, Armando Basto (que assinava *Boulemiche*) e Modigliani, os dois últimos tratados de “malucos” (*ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA*, 1919). Acácio de Paiva era, pois, um fiel porta-voz dos literatos *botas-de-elástico* inimigos do *Orpheu*, revista que ele achava que se extinguiu graças aos “piparotes” que tinha levado da crítica (PAIVA, 1916: 441). A poesia do *Orpheu*, por ele designada de *futurista*, só lhe merecia sarcasmos, pois julgava-a uma reencarnação – em pior, porque sem qualquer talento – da poesia dos *nefelibatas* (simbolistas) do final do século XIX, que lhe fora também detestável (*O SÉCULO CÓMICO*, 1915a). Se Ferro estava realmente empenhado em premiar Pessoa, como tudo o indica, afigura-se-nos algo enigmática a escolha do anti-modernista militante Acácio de Paiva para jurado do prémio de poesia de 1934.

Teresa Leitão de Barros (1898-1983), então com 36 anos, escolhida por Ferro como “crítica literária”, era uma jornalista, escritora e, nesse período, professora liceal, com formação em filologia românica. Pertencia ao círculo próximo de António Ferro, tendo sido ao longo da sua vida uma íntima amiga de Fernanda de Castro, que foi sua coautora em *Varinha de Condão* (1924). Era irmã do jornalista, cineasta e artista José Leitão de Barros, grande animador de eventos e espectáculos do Estado Novo e próximo colaborador de Ferro na actividade de propaganda. Teresa Leitão de Barros foi assídua colaboradora dos semanários *O Domingo Ilustrado* (1925-1927) e *O Notícias Ilustrado* (1928-1935), fundados e dirigidos pelo seu irmão. Tinha a seu cargo, em ambos os semanários, uma coluna sobre livros, “O que se lê” e “Livros”, respectivamente. Esta sua alegada crítica literária resumia-se a recensões, geralmente curtas, de livros recebidos pelos dois semanários. Da sua obra como escritora nessa época, destacam-se livros cujo tema comum é a exaltação do género feminino: *Escritoras de Portugal: Génio Feminino Revelado na Literatura Portuguesa* (1924), *Vidas que Foram Versos: Inspiradoras de Poetas Portugueses* (1930) e *Benditas entre as Mulheres: Vidas de Santas* (1936). Na verdade, Teresa Leitão de Barros foi também uma feminista, ainda que politicamente bastante conservadora, tendo durante duas décadas ocupado diversos lugares dirigentes no Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas (1914-1947), organismo nascido sob a 1.^a República e que seria extinto pelo governo de Salazar por motivos políticos. A sua escolha como jurada do Prémio Antero de Quental de 1934, dada a sua pertença ao círculo mais próximo de António Ferro, aparenta ter obedecido ao plano deste último de premiar Pessoa. Se assim foi, dessa vez o seu plano não saiu frustrado.

O anúncio dos Prémios Literários do SPN

A 31 de dezembro de 1934, dois dias depois da reunião do júri do prémio de poesia, teve lugar no restaurante Tavares, em Lisboa, um almoço que reuniu António Ferro com um grupo de membros dos vários júris dos Prémios Literários

do SPN, com o fim de anunciar publicamente os premiados. Ver aqui no **Apêndice 3** a lista das obras premiadas e dos seus autores, juntamente com a composição dos respectivos júris.

No final do almoço, com a presença também de jornalistas e de alguns dos premiados, Ferro leu um discurso (aqui transcrito no **Apêndice 2**) em que se referia, a dado passo, ao Prémio Antero de Quental, para dizer:

O prémio Antero de Quental foi atribuído ao padre missionário Vasco Reis. *Mensagem*, de Fernando Pessoa, obteve o prémio da segunda categoria, [poema ou] poesia solta, entre outras razões porque o seu reduzido número de páginas não lhe permitiu ser incluída na primeira classificação.

Esta última frase era curiosa, pois parecia admitir que se a obra de Pessoa tivesse sido incluída na primeira categoria, poderia ter sido ela a vencedora, não fossem as “outras razões”. Seguidamente, António Ferro revelou que a não atribuição do Prémio Eça de Queirós (romance), no valor de dez mil escudos, lhe permitia usar essa verba para, nomeadamente,

nivelar, atendendo aos motivos que deslocaram da primeira para a segunda categoria o livro de Fernando Pessoa, os dois prémios de Poesia. Assim, tanto à obra puríssima de Vasco Reis, “voz de fonte”, como lhe chamou Mário Beirão, como à obra alta, profunda, rara, conscientemente distante de Fernando Pessoa foram concedidas importâncias iguais.

Ficava assim remediada, com recompensas iguais (5 mil escudos), a injustiça que o director do SPN aparentemente considerou existir no resultado da votação do júri do Prémio Antero de Quental, quer essa injustiça tivesse decorrido do excessivo “legalismo” manifestado por Acácio de Paiva e Mário Beirão na questão do número de páginas da *Mensagem*, quer António Ferro tivesse julgado injusta a própria preferência do júri pela *Romaria* de Vasco Reis em detrimento do livro de Fernando Pessoa.

No mesmo discurso, Ferro reconhecia que nem tudo correria bem na primeira edição dos Prémios Literários do SPN, sobretudo por imperfeições do regulamento, mas que se procuraria, de futuro, corrigir os erros cometidos:

Instruções mal definidas, prazos mal fixados, desproporção na importância das recompensas, tudo se procurará emendar no ano segundo destes Prémios.

A partir de 1935, como emenda mais saliente, já não haverá duas categorias de prémios de poesia, extinguindo-se a de “poema ou poesia solta”.

O discurso de Ferro terminava com uma antevisão das reacções do público ao anúncio dos prémios, imprimindo às suas palavras um tom desafiante dirigido à crítica:

Vão ser, com certeza, largamente criticadas as nossas deliberações. Comentários apaixonados, sinceros, publicamente expostos, ou campanhas surdas e tortuosas se devem preparar, neste momento, contra os Prémios Literários do Secretariado da Propaganda Nacional. É caso para dar parabéns a V. Ex.^{as} e para nos dar a mim próprio! O objectivo do S.P.N. foi precisamente criar paixão, combate, atmosfera de polémica na nossa tímida e apagada vida literária, vida em surdina. Se as nossas decisões caíssem no vácuo, se não incomodassem ninguém, a tentativa do S.P.N. teria falhado lamentavelmente. Mas tal não acontecerá. Havemos de ser combatidos, hão de caluniar as nossas intenções, hão de inventar conjuras e cabalas entre pessoas que mal se conheciam, que se sentam hoje, pela primeira vez, à mesma mesa. Esperemos que seja assim! Também nós afinal temos direito a um prémio e esse combate saudável, criador, será o nosso premio!

No rescaldo do concurso literário

Como António Ferro esperava ou dizia mesmo desejar, a avaliar pelo seu discurso na cerimónia anúncio dos prémios, as decisões dos cinco júris dessa primeira edição dos Prémios Literários despertaram algumas críticas, embora muito distantes dos ataques apaixonados e da campanha de “calúnias” que o director do SPN antecipava. De facto, tanto a imprensa diária, já muito condicionada pelo regime, como o modesto jornalismo literário então existente, falharam em reflectir fielmente o que um sector considerável do público intelectual pensou a respeito dos prémios. Só as mesas dos cafés – a que Ferro muitas vezes se referia displicentemente – devem ter testemunhado o tipo de aceso debate que ele dizia esperar e desejar. Numa pequena nota do *Suplemento Literário do Diário de Lisboa* de 11 de janeiro de 1935, dizia-se: “Os concursos literários do SPN foram apreciados, discutidos em todos os tons – desde a cólera que fulmina à complacência que encolhe os ombros. Por meia dúzia de dias, as capelinhas, as salas e as saletas tiveram um assunto que lhes encheu o papinho.” A esses debates, porém, o *Diário de Lisboa* não abriu as colunas do jornal.

A imprensa diária lisboeta (o *Diário de Notícias*, o *Diário de Lisboa* e o *Diário da Manhã*) noticiou a cerimónia de anúncio dos premiados, mas servindo-se, como já se disse, das mesmas informações escritas, presumivelmente fornecidas pelo serviço de imprensa do próprio SPN. Mais tarde, por vezes semanas ou meses depois, alguns desses diários publicaram recensões de *Mensagem* (AMEAL, 1935; OSÓRIO, 1935b) e de *A Romaria* (PESSOA, 1935; OSÓRIO, 1935a).⁵ Não se conhecem, porém, críticas ao concurso do SPN ou às decisões dos júris que tenham sido publicadas na imprensa diária.

A reacção da imprensa literária também não correspondeu à antevisão de Ferro. A *Presença*, “folha de arte e crítica” então de periodicidade quadrimestral, nada disse sobre as obras ou os escritores premiados, embora a revista tivesse, um ano antes, formulado legítimas dúvidas, pela pena de Albano Nogueira, a respeito

⁵ Para outras reacções à *Mensagem* publicadas nesse período, veja-se BLANCO (1988).

do anunciado concurso literário do SPN e do critério que a ele presidia, baseado nas preferências ideológicas da chamada “Política do espírito” (NOGUEIRA, 1933). Este crítico, cuja atitude não teve equivalente em nenhum outro periódico, chegava aí a prognosticar os cinco nomes a quem o SPN iria conceder os prémios literários, todos de autores claramente conotados com o Estado Novo, incluindo João Ameal, que seria efectivamente premiado um ano depois no género ensaio. Contudo, uma vez atribuídos os prémios, a *Presença* absteve-se de comentar, criticar ou sequer noticiar as escolhas, talvez para não ter de as comentar infringindo o alegado apoliticismo da revista, que Nogueira declarara ser regra inalterável da casa. Dez meses depois do anúncio dos prémios, a *Presença* (n.º 46, outubro de 1935, p. 14) anunciava a próxima publicação de uma crítica da *Mensagem*, que, segundo a revista, havia ganho “um segundo prémio de poesia”, sem referir que entidade o tinha concedido. Nesse anúncio (uma nota não assinada), a revista dava, todavia, a entender que preferia as obras dos heterónimos Alberto Caeiro, Ricardo Reis e Álvaro de Campos, encorajando Fernando Pessoa a publicá-las. A crítica anunciada já não chegou ser publicada no n.º 47 (dezembro de 1935), por entretanto ter ocorrido a morte do poeta. O n.º 48 da *Presença* (julho de 1936) foi inteiramente dedicado a Fernando Pessoa, mas a *Mensagem* não era ali sequer mencionada.

O *Diabo*, “semanário de crítica literária e artística” dirigido pelo republicano democrático Artur Inês, feroz inimigo pessoal de António Ferro, do qual evitava citar sequer o nome, simplesmente *não noticiou* a atribuição dos Prémios Literários do SPN, quando uma semana antes não se tinha esquecido de noticiar a atribuição do Prémio Ricardo Malheiros, da Academia de Ciências de Lisboa, ao romance *Terra Fria* de Ferreira de Castro, escritor conotado com a oposição ao regime. Era claro que O *Diabo* optara por votar ao silêncio os prémios do SPN, pagando assim com a mesma moeda ao regime cuja censura silenciava as opiniões políticas incómodas do semanário. Quase um mês depois do anúncio dos prémios, Alice Ogando publicaria n’O *Diabo* uma recensão elogiosa da *Mensagem*, mas referindo-se ao concurso do SPN apenas num breve comentário irónico: “Esta obra obteve um segundo prémio no concurso da *Propaganda*. Apre! Muito bom deve ser o primeiro premiado para uma obra como esta poder ficar em segundo lugar!” (OGANDO, 1935). O semanário, todavia, não cuidou de informar o seu público sobre o referido “primeiro premiado”, obra que obviamente desprezava, nem sequer tendo mencionado o nome do seu autor.

Acabou por ser o *Fradique*, “semanário literário” dirigido pelo irrequeto monárquico Tomás Ribeiro Colaço, que maior espaço consagrou à crítica e ao descontentamento a respeito dos prémios do SPN, sobretudo pela pena de João Gaspar Simões, que verberou duramente a composição dos júris e a qualidade de algumas das obras premiadas, muito especialmente *A Romaria*, chamando ainda *bota-de-elástico* a António Ferro (SIMÕES, 1935a). Também o romancista Joaquim

Paço d'Arcos publicou no *Fradique* de 10 de janeiro de 1935 um protesto contra as decisões dos júris e do director do SPN, depois parcialmente reproduzido por *O Diabo*. Mas tanto as críticas de Gaspar Simões como o protesto de Paço d'Arcos eram fragilizados pelo facto de ambos terem concorrido ao Prémio Eça de Queirós (romance) do SPN e não o terem ganho.⁶ Paço d'Arcos insurgira-se mesmo contra a elevação do prémio da *Mensagem* para cinco mil escudos à custa da verba que o regulamento destinara ao prémio de romance, insinuando que este prémio não fora atribuído pelo júri para que a quantia respectiva fosse desviada pelo director do SPN para o prémio de poesia, dado que Pessoa certamente “recusaria” o prémio de mil escudos que lhe estava destinado na segunda categoria do Prémio Antero de Quental, muito abaixo dos cinco mil escudos de *A Romaria*. O director do *Fradique* só seis meses depois, em junho de 1935, dedicou atenção à *Mensagem*, mas para lhe tecer críticas aceradas, que vinham aliás na sequência da crítica do mesmo jornalista ao célebre artigo de Fernando Pessoa a favor da Maçonaria, publicado em fevereiro desse ano. Tomás Ribeiro Colaço verberava a poesia cerebral e intelectualizada de Fernando Pessoa, a quem considerava “um caso típico de hiper-inteligência”. Ora a inteligência não seria “uma qualidade criadora” e Pessoa não evidenciaria “outros aspectos essenciais no artista” (COLAÇO, 1935).

Sobre *A Romaria* algo foi dito e escrito na época, com opiniões não surpreendentemente elogiosas de Alfredo Pimenta, Afonso Lopes Vieira e António Correia de Oliveira, mas também com elogios mais inesperados, como o de Teixeira de Pascoaes.⁷ Muito pouco foi escrito sobre essa obra desde então, por ter sido posteriormente julgada de insignificante ou nulo valor literário, enquanto a obra de Pessoa, incluindo a *Mensagem*, era alvo de enorme valorização póstuma. *A Romaria* seria até publicamente menosprezada, cinquenta anos depois, pelo seu próprio autor, Vasco Reis, aliás Manuel Reis Ventura, que em 1985, numa carta ao director de *O Jornal*, a considerou “versinhos de adolescente” e sustentou que o verdadeiro vencedor do “primeiro prémio” (*sic*) de poesia de 1934 fora Fernando Pessoa (cit. em BLANCO, 2007: 158). E de facto, se ainda se fala hoje do livro *A Romaria*, é apenas para recordar a decisão do júri do SPN que em 1934 a preferiu à *Mensagem*. É conhecido o desprezo que, no *Fradique*, o crítico João Gaspar Simões votou ao livro *A Romaria*, considerando-a “obrinha para costureiras e marçanos” e o seu autor “um cândido franciscano tão pobre de talento quanto o fundador da sua ordem era pobre de bens deste mundo” (SIMÕES, 1935a), voltando depois à carga numa análise mais detalhada do drama em verso de Vasco Reis (SIMÕES, 1935b). Conhecido é também o artigo que Fernando Pessoa consagrou à *Romaria*, poucos dias após o anúncio dos poetas premiados pelo SPN, no suplemento

⁶ Gaspar Simões concorrera com o romance *Amores Infelizes*, que não teve nenhum voto, e Joaquim Paço d'Arcos com o romance *Herói derradeiro*, que só teve um voto.

⁷ Todas essas opiniões elogiosas foram transcritas em REIS (1935), carta-resposta à crítica arrasadora de SIMÕES (1935a).

literário do *Diário de Lisboa* (PESSOA, 1935). Esta prosa, aparentemente laudatória, mas permeada de uma subtil ironia que não escapou a alguns leitores, discorria mais sobre o alegado paganismo da alma católica portuguesa do que propriamente sobre a obra de Vasco Reis, mas esta era atingida, por tabela, pela crítica religiosa de Pessoa. Tendo também sido premiado no mesmo concurso, Pessoa pretendeu delicadamente abster-se de analisar a obra que rivalizou com a dele, mas não se absteve de a analisar indirectamente – “abster-me, sem todavia me abster” foi a forma como o próprio Pessoa aí resumiu a sua abordagem. Uma apreciação actual da obra *A Romaria*, no quadro de uma análise histórica dos Prémios Literários do SPN, pode ler-se em TORRALBA (1999: 410-414). Mais recentemente, *A Romaria* foi descrita como “um drama em verso absolutamente ridículo, protagonizado, entre outros, por um ceguinho, um bolchevique e uma entrevadinha” (o ceguinho era, afinal, Santo António, que converteu o bolchevique e curou a entrevadinha, entre outros milagres), manifestando ainda o crítico o seu espanto pelo facto de Alberto Osório de Castro, “poeta de inegável talento, amigo íntimo de Camilo Pessanha, apreciador de Baudelaire e Verlaine, colaborador da *Centauro* e de outras revistas modernistas”, ter ousado comparar Vasco Reis a Cesário Verde ou António Nobre (QUEIRÓS, 2009). O que o crítico citado então ainda não podia saber é que foi precisamente Alberto Osório de Castro quem, tendo preferido *A Romaria* à *Mensagem*, propôs que esta última fosse premiada na categoria de poema ou poesia solta, abrindo assim caminho à decisão final do júri.

José Blanco tem vindo a insistir nas últimas décadas, na pegada de FREITAS DA COSTA (1951), que o alegado “segundo prémio” ou “prémio de segunda categoria” ou “prémio de consolação” atribuído à *Mensagem* seria um “mito” persistente, que ainda hoje perduraria, segundo ele devido a uma “confusão” posta a circular por João Gaspar Simões na sua *Vida e Obra de Fernando Pessoa* (BLANCO, 1988 e 2007). Na verdade, a interpretação do prémio da *Mensagem* como um “segundo prémio”, abaixo do prémio de *A Romaria*, não se ficou a dever apenas a uma “confusão” de Gaspar Simões em 1950, repetida nas múltiplas edições posteriores da sua biografia. Primeiro, porque a expressão “prémio de segunda categoria” foi posta a circular logo em 1 de janeiro de 1935, por exclusiva responsabilidade do *Diário de Notícias* (e não da acta do júri), que desse modo noticiou a atribuição do prémio ao livro de Pessoa. Segundo, porque já em 1935 havia a percepção pública de que o júri preferira *A Romaria* à *Mensagem*, tendo Alice Ogando n’*O Diabo* e a revista *Presença* falado nesse mesmo ano, como vimos, do “segundo prémio” obtido por Fernando Pessoa. Essa interpretação algo intuitiva por parte da crítica de então é agora reforçada, pelos motivos que expusemos, com as revelações que o texto da acta do júri proporcionou.

A aposta falhada de António Ferro

A clara aposta de António Ferro na concessão do (ou de um) prémio de poesia a Fernando Pessoa, alegadamente uma tentativa de o retirar do seu isolamento do grande público, mas realmente dirigida a recuperá-lo como poeta-profeta do Estado Novo, foi seguida a 25 de janeiro de 1935 da publicação no *Diário da Manhã* (o órgão político oficial do regime) de uma recensão elogiosa da *Mensagem*, da autoria de João Ameal, que denotava o mesmo objectivo de recrutamento político de Pessoa, mas de forma mais nítida (AMEAL, 1935; BARRETO, 2008: 183-184). Dez dias depois, a 4 de fevereiro, Fernando Pessoa, o poeta recém-galardoado pelo departamento de propaganda do governo de Salazar e recém-elogiado pelo órgão do regime, surpreenderia toda a gente, especialmente os que haviam planeado cooptá-lo para as hostes do regime, com a sensacional publicação no *Diário de Lisboa* do artigo “Associações Secretas”, em defesa da Maçonaria. Ameaçada de extinção por um projecto de lei então em discussão na Assembleia Nacional, a Maçonaria era vista como a inimiga política número um do Estado Novo (BARRETO, 2008; PESSOA, 2011 e 2015). O artigo de Pessoa – que misteriosamente conseguira escapar à censura prévia e também ao escrutínio do próprio director do jornal, o prudente Joaquim Manso, então ausente em Inglaterra – foi um tremendo balde de água fria para António Ferro, cujo investimento em Pessoa se tornou de um momento para o outro num público fiasco. O *Diário da Manhã* do dia seguinte passou logo ao ataque de Pessoa, declarando que não se podia “confiar em poetas”, e da própria *Mensagem*, rotulando-a chocarreiramente de “Maçagem” (do verbo maçar), além de insinuar a submissão do poeta aos desígnios da Maçonaria. Ferro só voltaria a referir-se publicamente a Fernando Pessoa no dia do primeiro aniversário da morte deste, numa crónica do *Diário de Notícias* em que sustentava que “certas palavras” do poeta, escritas pouco antes da sua morte (o artigo “Associações Secretas”, não nomeado), haviam sido “mal interpretadas por quem não estava habituado aos jogos da sua inteligência maravilhosa”. Apesar de o director do SPN considerar essas palavras de Pessoa “um erro evidente”, elas não seriam mais do que mera “ginástica do espírito”, em suma, um “erro de poeta”, concluindo Ferro que não se podia duvidar do *nacionalismo* de Pessoa (FERRO, 1936).

Desencadeada a polémica em torno do seu artigo em defesa da Maçonaria e também, por tabela, sobre o significado político da *Mensagem*, Fernando Pessoa ainda planeou vir a público defender-se e explicar “como, depois de escrever *Mensagem*, livro de versos nacionalista, eu tinha vindo para o *Diário de Lisboa* defender a Maçonaria” (PESSOA, 2015: 264-265). Não o pôde fazer, porque a censura já não lho permitia. Provavelmente pelo mesmo motivo, também não pôde publicar “Explicação de um livro”, um texto deixado inacabado, destinado a esclarecer certas características da *Mensagem*, que Pessoa descreve como “um livro

abundantemente embebido em simbolismo templário e rosicruciano”, patenteando uma mistura de “nacionalismo místico” com uma “religiosidade herética” do ponto de vista do catolicismo (PESSOA, 2015: 266-268). Sublinhando as afinidades dos conceitos sociais das ordens templárias e da Fraternidade Rosa-Cruz com a Maçonaria, Pessoa concluía que “o autor de um livro assim pensado seria forçosamente um liberal por derivação, quando o não fosse já por índole”. Pessoa definia-se assim, ideologicamente, para quem não o entendera, como um *nacionalista* místico, herético e implicitamente anticatólico, mas também como um *liberal* – e essas suas qualidades, para um leitor atento, estariam, segundo ele, visíveis na *Mensagem*.

O investimento de António Ferro num livro como a *Mensagem* fora, de facto, arriscado, corajoso até, porque nem as citadas características da obra, nem o seu hermetismo o aconselhariam para os fins doutrinários e utilitários da propaganda do SPN, que visava atingir um público mais vasto – além do risco, só *a posteriori* verificado, associado à imprevisibilidade do comportamento político de Fernando Pessoa. Alegando o carácter “único” da *Mensagem*, João Ameal, no meio dos encómios que muito inadvertidamente prodigalizara à obra, não se coibira de observar que ela era “o tipo exacto de livro que não costuma ser premiado em concursos literários”, perguntando seguidamente, com retórica ironia, “se foi o livro que teve o prémio ou foi o livro que saiu em prémio a um júri inteligente?” (AMEAL, 1935). Após a publicação por Pessoa do artigo “Associações Secretas”, Ameal certamente terá reformulado a sua pergunta.

Alfredo Margarido, embora tenha sustentado, a nosso ver erroneamente, que Pessoa aderira às “propostas estéticas do salazarismo” e pretendia “colaborar na ‘política do espírito’ que António Ferro definira”, pensava também que a *Mensagem* “não cabia nos parâmetros apertados [dessa] estética tão particular”, para concluir, em relação ao prémio de poesia concedido ao livro *A Romaria*: “O júri mostrou compreender perfeitamente a intenção política do concurso, e deu o prémio a quem realmente o merecia”, porque viu no livro de Vasco Reis “os atributos mais coerentes dessa estética do salazarismo: a religiosidade popular e sobretudo o populismo” (MARGARIDO, 1986: 12-14). Como acima se disse já, Margarido partia da premissa errada de que o Prémio Antero de Quental de 1934 previa inicialmente apenas um prémio. Na sua opinião, Ferro apenas pretendia ajudar financeiramente o poeta seu amigo e, perante o resultado desfavorável da votação, criara *ad hoc* a “segunda categoria”.

Entre as seis obras galardoadas em 1934, a rebarbativa *Mensagem* parecia realmente deslocada. Ao lado de *A Romaria*, o contraste era flagrante, sob todos os pontos de vista. Os livros premiados nos outros géneros literários tinham em comum serem obras de intelectuais salazaristas e versarem temas de evidente interesse doutrinário ou utilidade política para o Estado Novo, tudo muito distante do perfil político e das preocupações e interesses de Fernando Pessoa. O livro *No*

Limiar da Idade Nova, do católico, monárquico e salazarista João Ameal (Prémio Ramalho Ortigão de ensaio), era um panfleto anticomunista e anunciador da era dos regimes autoritários, incluindo o fascismo e o nazismo, os quais deveriam, contudo, na opinião do autor, distanciar-se das suas espúrias componentes estatolátricas e racistas. O livro *D. Maria I – Subsídios para a Revisão da História do seu Reinado*, do historiador monárquico e salazarista Caetano Beirão (Prémio Alexandre Herculano de história) era, como o título indicava, uma história revisionista e apologética do período histórico da “Viradeira” pós-pombalina. O livro *Portugal, Vasto Império*, do monárquico e salazarista Augusto da Costa (Prémio António Enes de jornalismo), era um inquérito jornalístico com fins de propaganda colonialista, em que Fernando Pessoa, de resto, também participara (em 1926), deixando a sua marca provocatória na resposta em que defendia que “para o destino que presumo que será o de Portugal, as colónias não são precisas”. Enfim, a obra *Voronoffs da Democracia – Resposta ao Livro-Manifesto da Renovação Democrática*, do salazarista Fernando Pamplona (Prémio extraordinário de jornalismo), era um ataque à Renovação Democrática, movimento político de intelectuais que contava nas suas fileiras com vários presencistas, como Adolfo Casais Monteiro, e que aspirava à criação de um novo partido contra a ditadura, que nunca chegou a formar-se.

A intuição que moveu António Ferro a tentar recrutar a lira profética e nacionalista de Fernando Pessoa revelou-se desacertada à luz dos fins utilitários da “política do espírito”, em virtude principalmente do escândalo que a defesa da Maçonaria pelo poeta causou nas hostes do regime. Todavia, nem tudo estava perdido. Dali a dois anos, em 1937, ia surgir um poeta com o perfil certo e uma obra apta a satisfazer as expectativas goradas em 1935 e a fazer esquecer o fiasco do director do SPN. Ramiro Guedes de Campos (1903-1984) possuía o estro poético adequado ao empreendimento, além de ser fervoroso católico e politicamente fiável (tinha no seu currículo recente o cargo de secretário do ministro Duarte Pacheco). Concorrera em 1934 ao Prémio Antero de Quental, na categoria em que a *Mensagem* acabou por ser premiada, com o poema *Credo*, que obtivera apenas o voto (depois anulado) de Teresa Leitão de Barros. Em 1936, o seu poema *Terra Portuguesa* vencera o prémio de “poesia nacionalista” dos Jogos Florais do Ano X, organizados pela Emissora Nacional para assinalar os dez anos da “revolução nacional” de 1926, que instaurara a Ditadura Militar. Esse prémio concedia-lhe ainda, por inerência, o extraordinário título oficial de “Príncipe dos poetas portugueses”. No júri desse concurso tinham participado nomes nossos conhecidos, como Acácio de Paiva e António Ferro (RIBEIRO, 2007). Em 1937, Ramiro Guedes de Campos candidatar-se-ia, enfim, ao Prémio Antero de Quental do SPN, com o livro *Portugal*, obra épica de exaltação nacionalista fazendo desfilar, em ordem cronológica, uma galeria de figuras míticas da história de Portugal. Tanto pelo título do livro (o mesmo que o título original de *Mensagem*), como, em

parte, pela sua estrutura, como, ainda, pelo sebastianismo explícito que o informava e por certos temas em particular, como o do Quinto Império, *Portugal* surge-nos irresistivelmente como um *remake* da obra de Fernando Pessoa, mas desta vez satisfazendo plenamente os requisitos e propósitos da “política do espírito” do SPN. A parte do livro intitulada “Os Chefes”, abarcando o período do século XII (com Afonso Henriques no papel de primeiro “Chefe”) até ao século XX, é rematada por um extraordinário capítulo intitulado “*Os Lusíadas*, Canto XI, Fragmento Final”. No preâmbulo deste, o autor informa que vai revelar as estâncias finais do desconhecido canto XI da obra camoniana, achadas num manuscrito que, perdido desde o século XVI, teria dado à praia de Portugal numa noite de temporal. Nessas vinte estrofes, Camões, dirigindo-se a D. Sebastião, profetizava os principais acontecimentos dos séculos vindouros, incluindo a ocupação filipina, as invasões francesas e a primeira guerra mundial, para enfim desta sucessão de trevas fazer surgir, em maravilhosa aparição, o Homem providencial – obviamente Salazar, que o vate não precisou de nomear:

E um Homem vejo enfim, virtuoso e grande,
Na multidão surgir de homens pequenos,
Braço que Deus mandou para que mande
Com gestos luminosos e serenos;

Restabelecida a justiça, a paz, a fé e o império graças ao Homem virtuoso e grande, ficava realizada a utopia de António Vieira e reconquistado pela nação portuguesa o reconhecimento do mundo:

Vêde-lo, já sem mancha e vitupério,
O vosso Quinto Império renascido:
Alemães, Galos, Ítalos e Ingleses,
Honrando, igual a igual, os Portugueses.

(CAMPOS, 1937: 164-165)

Em suma, Ramiro Guedes de Campos punha Camões a profetizar, em jeito de Nostradamus, o advento do ditador Salazar e a realização, por este, do sonho do Quinto Império, conferindo assim uma utilidade política imediata a esse conceito vieiriano que tanto inspirara Fernando Pessoa, mas que neste poeta, do ponto de vista do SPN, se quedara politicamente infecundo, inaproveitável pela propaganda do Estado Novo.

O livro *Portugal* de Ramiro Guedes de Campos conquistou facilmente o Prémio Antero de Quental em 1937, merecendo nas páginas do *Diário de Notícias* (18 de janeiro de 1938) um rasgadíssimo elogio assinado pelo inevitável Acácio de Paiva: “Não conhecemos na moderna poesia nacional nada que exceda esta obra, e na antiga só os nobres poemas clássicos se lhe podem comparar” (pensava porventura nos *Lusíadas*). O encómio do “crítico” serviu para figurar na cinta com

que o livro foi posto à venda. A posteridade votaria ao esquecimento esse clássico da literatura salazarista.

Este episódio terá porventura a virtude de evidenciar, por contraste, a distância a que a *Mensagem* e o seu autor tinham realmente ficado dos objectivos de António Ferro e do SPN, tanto do ponto de vista doutrinário-propagandístico como literário.

Conclusão

Não nos restam dúvidas que a *Mensagem* foi efectivamente preterida pelo júri dos Prémio Antero de Quental do SPN de 1934, a favor da “obrinha” de Vasco Reis, *A Romaria*. O subterfúgio do número de páginas, devido a uma interpretação arbitrária do regulamento, evitou que o resultado da votação expusesse de modo claro e público a preferência do júri, permitindo nomeadamente a Mário Beirão, antigo amigo de Fernando Pessoa, mas agora percepcionável como rival dele, esquivar-se a um confronto incómodo, acabando até por figurar na acta do júri como proponente do prémio que finalmente coube à *Mensagem*. Igualmente não nos restam dúvidas que o director do SPN fez o possível para corrigir a decisão do júri, o que atribuímos sobretudo ao seu receio do possível escárnio por parte da opinião intelectual, cultor como António Ferro era da imagem de homem de letras de ideias modernas, além disso desejoso do êxito da estreia dos Prémios Literários do SPN, uma iniciativa sua. O tom aparentemente desafiante que Ferro usou para com os críticos no seu discurso de anúncio dos premiados afigura-se-nos mais retórico e revelador do receio do juízo intelectual do que propriamente animado de um espírito de confrontação. O indiscutível empenho de Ferro em premiar Pessoa denotou coragem, mas saldou-se por um fiasco político que nitidamente não estava nas suas previsões. Um erro fatal de apreciação levava-o a sobrestimar a possibilidade de a sua “política do espírito” conseguir recrutar um espírito livre e independente como o de Fernando Pessoa. Ora, para este, uma “verdadeira política do espírito” seria a que pusesse “o espírito acima da política” e não contrário.⁸ Apesar de a aposta em Pessoa ter sido um falhanço político do director do SPN, o nome de António Ferro acabou por ficar ligado não só ao prémio da *Mensagem* como até à própria publicação desta, que tinha contado com o seu incentivo prévio.

⁸ Veja-se a Carta ao Presidente da República Óscar Carmona, em PESSOA (2015: 279), cotas BNP/E3, 92M-28^r a 33^r.

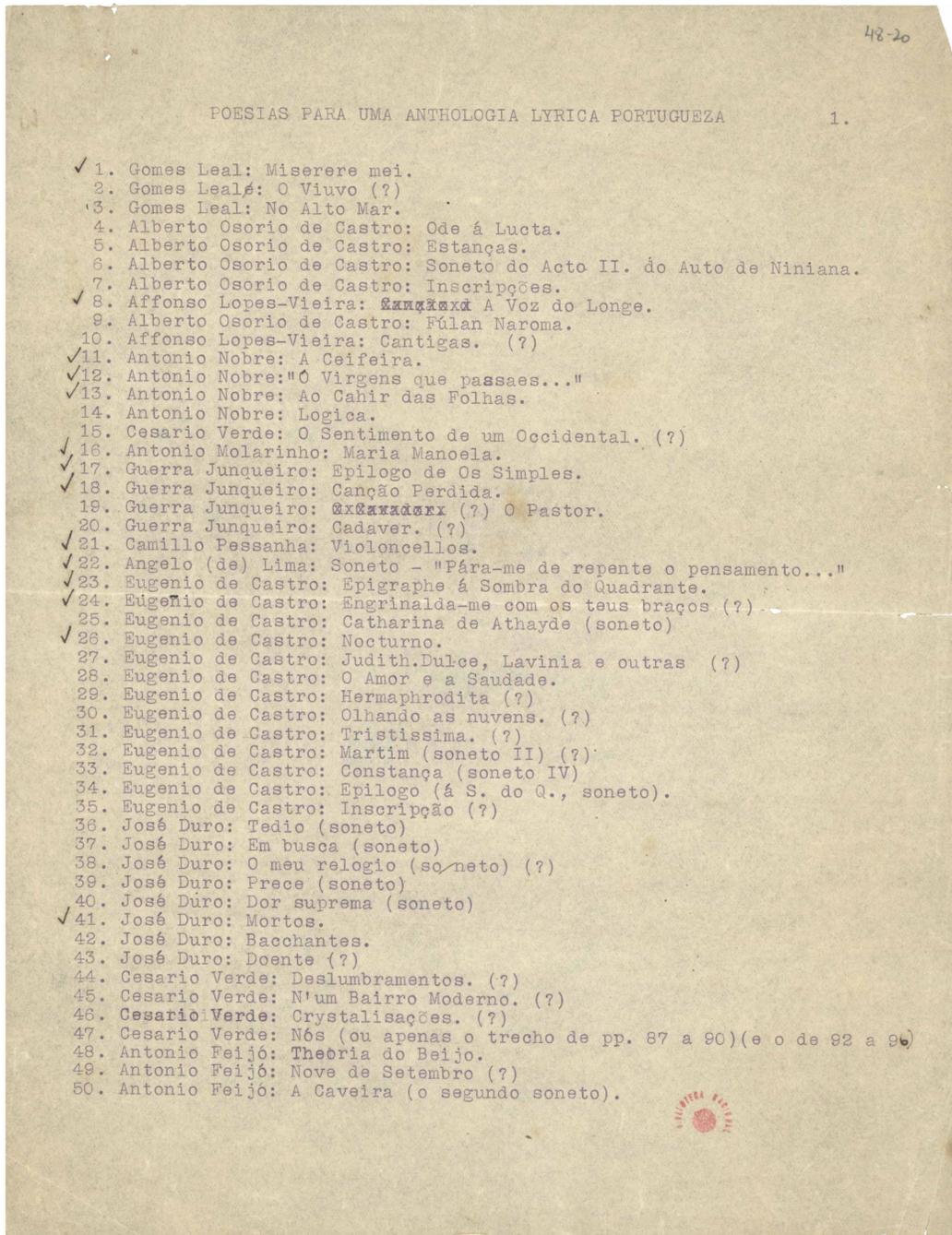


Fig. 1. Projecto editorial "Poesias para uma Anthologia Lyrica Portuguesa", incluindo cinco poemas de Alberto Osório de Castro (BNP/E3, 48-20^a).

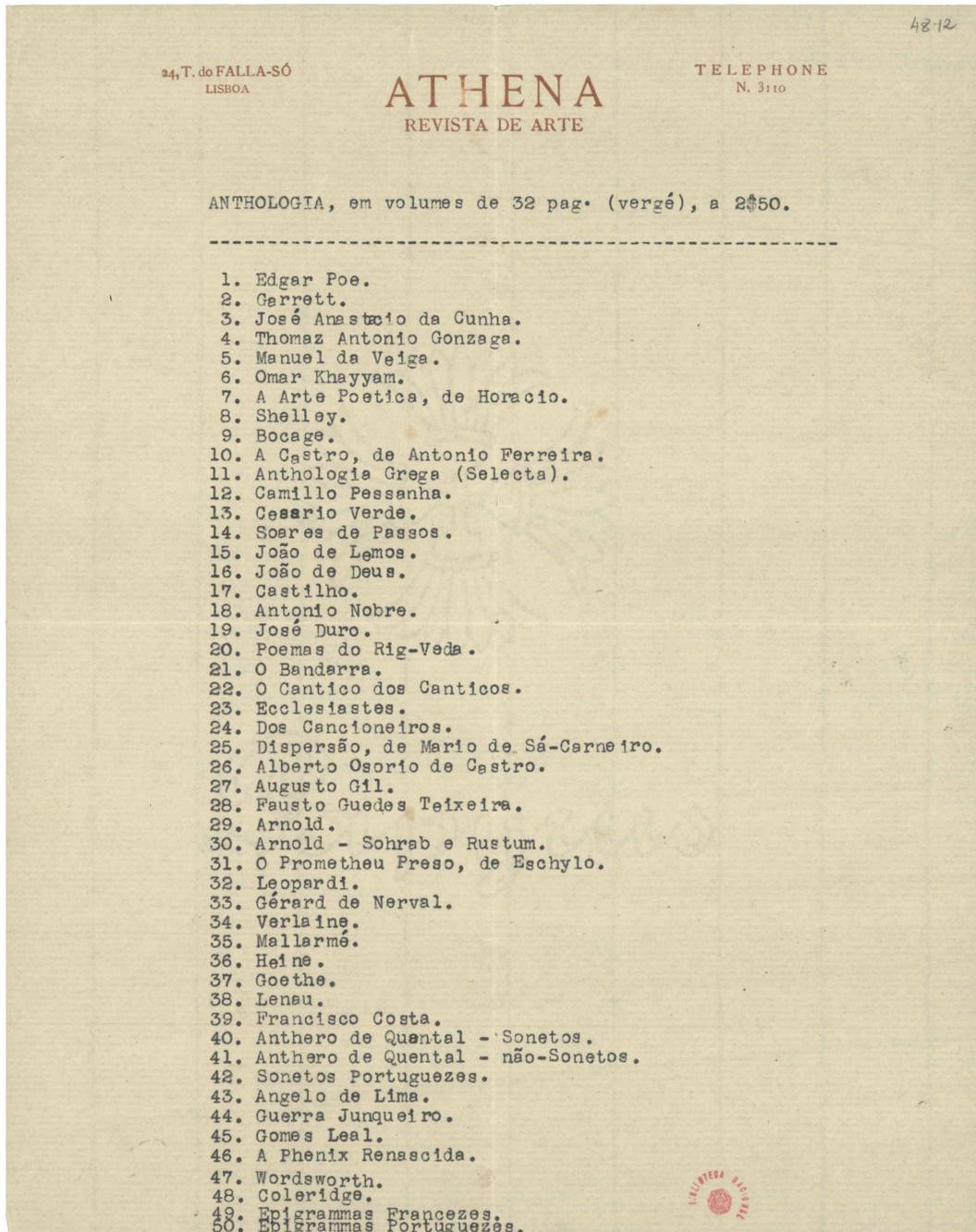


Fig. 2. Projecto da colecção "Anthologia", compreendendo 50 volumes de poesia portuguesa e estrangeira, incluindo (n.º 26) um volume de Alberto Osório de Castro.

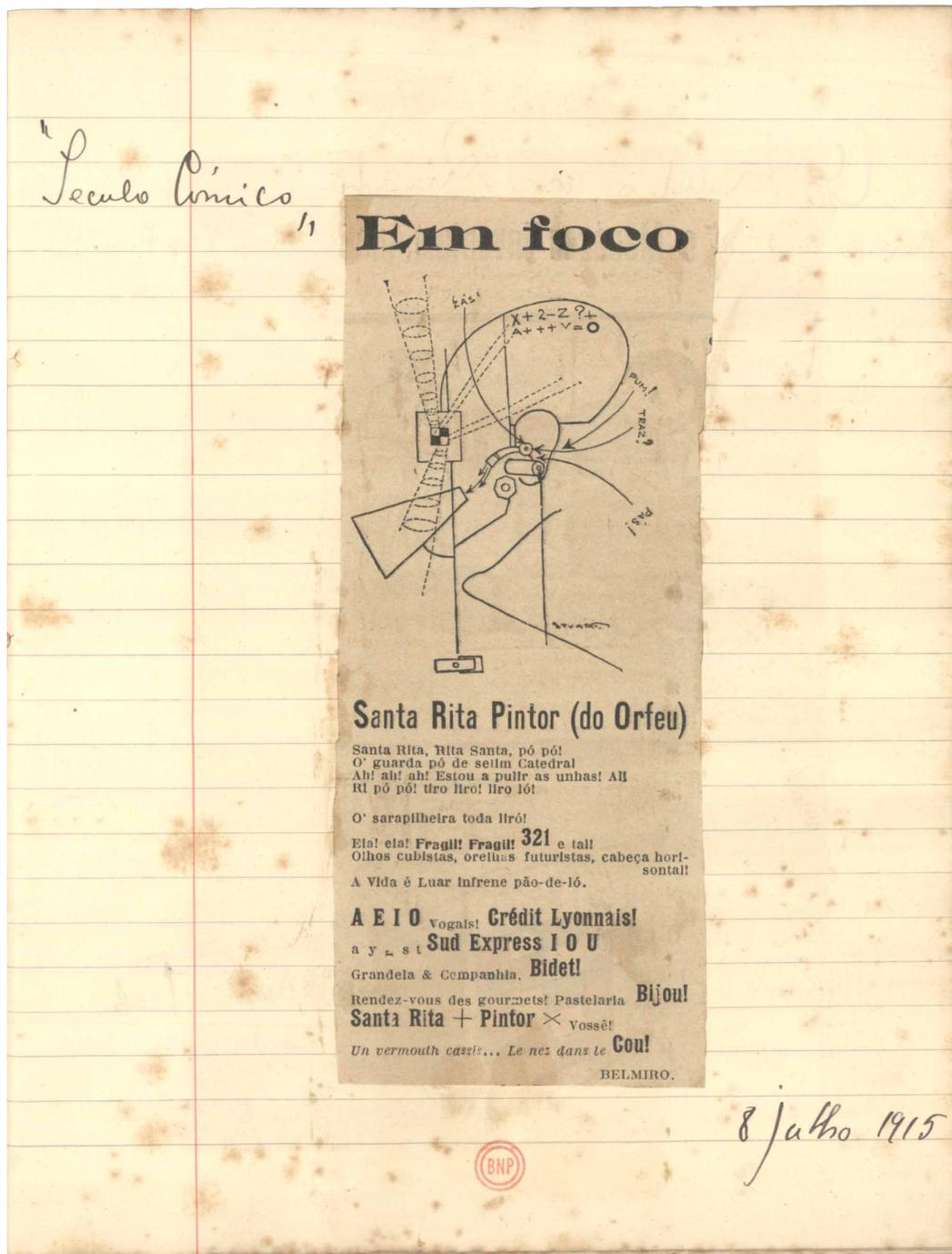


Fig. 3. Poema "Santa Rita Pintor (do Orfeu)", sátira aos poemas tipográficos futuristas, da autoria de Belmiro (Acácio de Paiva), com ilustração de Stuart, publicado em *O Século Cómico* de 8 de julho de 1915 (BNP/E3, 156-11').

Apêndice 1

Acta da reunião do júri do Prémio Antero de Quental de 1934

Excerto do livro de actas das reuniões dos júris dos Prémios Literários do Secretariado de Propaganda Nacional, contendo, de folhas 9 a 13, recto e verso, a “Acta número quatro”, relativa ao prémio Antero de Quental de 1934. A fonte é uma fotocópia do original conservada na Fundação António Quadros, transcrita pela primeira vez em Artur Anselmo, *História do Livro e Filologia*, Lisboa: Guimarães Editores, 2015, pp. 184-195. O original do livro de actas não foi até hoje localizado. Os títulos de livros, entre aspas no original, são aqui dados em itálico. Algumas correções – quer do texto da acta, quer da sua transcrição na obra de Artur Anselmo – vão aqui assinaladas, juntamente com outras observações, em notas de rodapé. Procedeu-se também à intercalação de um trecho que, por lapso, fora omitido, de acordo com uma nota final da acta.

*

Acta número quatro

Aos vinte e nove dias do mês de Dezembro de mil novecentos e trinta e quatro, pelas quinze horas e um quarto, reuniram-se, no gabinete do Director do Secretariado da Propaganda Nacional, os membros do Júri do “Prémio Literário de Antero de Quental” (Poesia), Excelentíssimos Senhores Acácio Paiva e Doutor Mário Beirão. Estavam também presentes os Excelentíssimos Senhores António Ferro, Director do Secretariado da Propaganda Nacional, e eu, António de Meneses, que servi de Secretário. Os Excelentíssimos Senhores Dona Teresa Leitão de Barros e Doutor Alberto Osório de Castro enviaram os seus votos por escrito.

Aberta a sessão, o Senhor António Ferro leu o regulamento do mesmo Prémio, tendo feito algumas considerações sobre a instituição dos Prémios Literários do Secretariado da Propaganda Nacional, no presente e no futuro. Em seguida leu a lista dos candidatos que eram os seguintes: Primeira Categoria (mais de cem páginas) os Excelentíssimos Senhores Fernando Pessoa, com o livro *Mensagem*; Fausto José, com o livro *Síntese*; Hugo Rocha, com o livro *Rapsódia negra*; Vasco Reis, com o livro *A Romaria*; Pedro Homem de Melo, com o livro *Caravela ao mar*; Silva Tavares, com o livro *Gente humilde*; Carlos Pacheco, com o livro *Primeira entrevista de dois amantes*; António Guerra, com o livro *Tomar lendário*; Rodrigo de Melo, com o livro *Seiva*; Marques Matias, com o livro *Água do meu poço*; Joaquim Costa, com o livro *Melodias na sombra*; Jaime Cunha, com o livro *Chama da pátria*;

Bramão de Almeida⁹, com o livro *Maré alta*, e José Luís de Caldas, com o livro *Arraial minhoto*. À segunda categoria (menos de cem páginas), os Excelentíssimos Senhores: Augusto Ferreira Gomes, com o livro *Quinto Império*; Araújo Pereira, com o livro *À sombra da tarde*; Afonso Simões, com o livro *Contos rústicos*; Osório Goulart, com o livro *Um lusíada*; Ramiro Guedes de Campos, com o livro *Credo*¹⁰; Alfredo César, com o livro *Maravilhas da História de Portugal*; António Cardim, com o livro *Lago azul*¹¹, e António Botto, com o livro *Ciúme*. O Júri, a seguir, examinou as obras referidas, considerando fora dos termos do regulamento, para a primeira categoria, os livros *Melodias na sombra*, por se tratar duma colectânea de versos já publicados noutros volumes; *Água do meu poço*, por ser inferior a cem páginas, e *Mensagem* pelo mesmo motivo, visto que o corpo do livro acabava na página número noventa e seis. Procedendo depois a um exame de valores, foram excluídos os livros *Síntese*, *Gente humilde*, *Chama da Pátria*, *Maré alta*, *Seiva*, *Tomar lendário*, *Arraial minhoto* e *Primeira entrevista de dois amantes*. O Secretário leu, então, as seguintes cartas, que contêm os votos da Excelentíssima Senhora Dona Teresa Leitão de Barros e do Excelentíssimo Senhor Doutor Alberto Osório de Castro:

“Lisboa, 28 de Dezembro de 1934. – Ex.^{mo} Senhor Presidente do júri encarregado de atribuir o “Prémio de Antero de Quental” (Poesia), instituído pelo Secretariado da Propaganda Nacional. – Impossibilitada, por motivo de força maior, de comparecer na reunião do júri, presidido por V. Ex.^a, venho, por este meio, apresentar o meu parecer sobre as obras concorrentes que julgo melhor merecerem, dentro das respectivas categorias em que foram incluídas, as recompensas destinadas ao Prémio de Antero de Quental. Em minha opinião, a obra que, dentro da primeira categoria, julgo satisfazer melhor, pelo seu alevantado cunho nacionalista e pela sua beleza literária, ao espírito que ditou a instituição do Prémio de Antero de Quental, é a intitulada *Mensagem*, de Fernando Pessoa. Dentro da segunda categoria – em que, conforme a letra do Regulamento, só deveriam ter sido admitidos poemas ou poesias soltas – parece-me merecedora da prometida recompensa a poesia *Credo*, de Ramiro¹² Guedes de Campos, apresentada em exemplar dactilografado. Expressa a minha desvaliosa opinião –

⁹ Eduardo Bramão de Almeida, tipógrafo e poeta, colaborou em *O Século Cómico*, dirigido por Acácio de Paiva, onde em 1915 publicou o poema “Futurismo”, parodiando o estilo de Mário de Sá-Carneiro.

¹⁰ Como adiante é referido na carta de Teresa Leitão de Barros, *Credo* não era um livro, mas uma poesia avulsa dactilografada.

¹¹ O livro *Lago azul* apresentado a concurso era, realmente, da autoria de Nita Lupi (pseudónimo de Mariana Duarte de Almeida Lupi). Não foi encontrada informação sobre a pessoa de António Cardim nem sobre a obra que terá eventualmente apresentado a concurso.

¹² Na fotocópia do original lê-se *Ramiro*, mas na transcrição publicada por Artur Anselmo está erradamente *Rodrigo*. O engenheiro e poeta Ramiro Guedes de Campos (1903-1984) viria a ser o vencedor do Prémio Antero de Quental de 1937, com um livro de poesia nacionalista intitulado *Portugal*.

que procurei basear numa atenta leitura de todas as obras, na boa compreensão do pensamento que ditou a criação deste género de Prémios e no possível alheamento de quaisquer simpatias ou afinidades espirituais –, seja-me permitido manifestar o meu maior apreço por algumas das obras apresentadas a concurso, que me pareceram consoladoras certezas da forte vitalidade da poesia portuguesa e, sobretudo, da existência de um núcleo de poetas moços de alto valor e dignos de todo o estímulo. Quero mesmo afirmar que só o respeito pela letra do Regulamento a que obedeceu este concurso – no qual se expressa a intenção de premiar uma obra de exaltação nacionalista –, me levou a não hesitar na escolha do livro que devia merecer a prometida distinção. É possível que, mesmo sem essa exigência, eu escolhesse da mesma maneira, em última análise, a obra *Mensagem* – porque ela é, na verdade, rica de conceito e de intenção, ainda que pouco acessível a muitas sensibilidades –, mas, atendendo ao espírito que ditou as bases do Concurso, a minha tarefa simplificou-se e a minha consciência ficou livre de qualquer preocupação de involuntária injustiça. Para a hipótese de o Júri presidido por V. Ex.^a desejar fazer qualquer bem merecida e honrosa menção doutras obras dignas de louvor especial, cito, sem destrinça de mérito relativo, as que me pareceram mais apreciáveis. Primeira categoria: *Caravela ao mar*, de Pedro Homem de Melo; – *Gente humilde*, de Silva Tavares; – *Síntese*, de Fausto José; – *Água do meu poço*, de Marques Matias; – *A romaria*, de Vasco Reis; – *Água de neve*, de Nuno de Montemor¹³; – *Melodias na sombra*, de Joaquim Costa; – *Seiva*, de Rodrigo de Melo; – *Maré alta*, de Bramão de Almeida. Segunda categoria: – *Quinto Império*, de Augusto Ferreira Gomes; – *Lago azul*, de Nita Lupi; – *Ciúme*, de António Botto; – *Rosal em flor*, de Virgínia Mota Cardoso¹⁴. Resta-me ainda pedir a V. Ex.^a que se digne apresentar, em meu nome, ao Ex.^{mo} Senhor Director do Secretariado da Propaganda Nacional as minhas felicitações muito calorosas pela iniciativa da criação dos Prémios Literários, como factor daquela superior “política do espírito”, cuja inadiável necessidade, nesta grande hora de ressurgimento nacional ele foi o primeiro a apontar e a preconizar. Com respeitosa consideração, subscrevo-me, de V. Ex.^a muito atenta, veneradora e obrigada. a) *Teresa Leitão de Barros.*”

“Ex.^{mo} Senhor Chefe dos Serviços Internos do Secretariado da Propaganda Nacional. – Tive a imerecida honra de receber o convite do Secretariado da Propaganda Nacional para fazer parte do júri do “Prémio Antero de Quental”; e, se não houvesse acedido ao amável convite, quando verbalmente me foi feito, recuaria por certo, pensadamente, ao reconhecer em minha consciência a insignificância do meu voto, nesta esmorecida fase da vida em que me encontro, e com uma obra de poesia de que mal me já lembro, dispersa como ficou pelos longes do exílio, ao acaso da vida. E nem mesmo posso ouvir opiniões fundadas de

¹³ Esta obra de Nuno de Montemor não consta das obras a concurso listadas no início da acta. Nuno de Montemor foi também membro do júri do Prémio Eça de Queirós (romance) neste mesmo ano.

¹⁴ Esta obra de Virgínia Mota Cardoso não consta das obras a concurso listadas no início da acta.

camaradas em pleno vigor de criação artística, porque o estado precário da minha saúde me obriga a sair de Lisboa no dia 27, para as vizinhanças da Ericeira, a descansar nestes últimos dias das férias breves do Natal. Por honra, porém, do encargo aceite tão de ânimo leve, cumpro o dever de enviar o meu parecer por escrito. Li com cuidado as obras presentes ao concurso. De todas elas destaco: *Mensagem*, por Fernando Pessoa; *A romaria*, por Vasco Reis; *Rapsódia negra*, por Hugo Rocha; *Gente humilde*, por Silva Tavares. No livro de Eduardo Bramão de Almeida, *Maré alta*, há um poemeto, “O friso das varinas”; que é interessante, mas não basta para impor o conjunto, quer-me parecer. Há outras obras em que a técnica do verso é perfeita, melodistas os ritmos, mas o tema lírico dilui-se num excesso de verbalismo sem grande, empolgante poesia. Em outras, o verso livre é tão-só desarticulação inexpressiva, ataxia desordenada, indo até ao monossílabo átono que nem vale como imagem. Nem todos podem realmente fazer o verso livre. O livro *Gente humilde*, de Silva Tavares, é ritmicamente perfeito. Pequena geórgica alentejana. Mas não comove porque não transfigura, como é próprio do género lírico, de toda a arte, afinal – suprema magia –, a paisagem e a gente que nela vive e sofre ou ama. Na *Virxe do cristal* de Curros Enriquez¹⁵, por exemplo, o poeta não precisou de notar a linguagem rústica, incorrecta, dos campónios, cujo drama fez viver, mas encheu-a apenas da grande alma emotiva e sensível da raça. Cada diálogo é só a expressão lírica das almas. A *Rapsódia negra*, de Hugo Rocha, é obra que se lê com prazer espiritual, mas tem o valor relativo de um simples contacto epidérmico¹⁶, dir-se-ia, com o estranho mundo africano, entrevisto na febre da viagem, no deslumbramento da luz incandescente dos trópicos. O livro de Fernando Pessoa é obra de alto poeta dominador da técnica e do tema lírico, mas, por demasia, elíptico e hermético. Contém um profundo “sentido de exaltação nacionalista”, é certo, o imenso sonho atlântico do Quinto Império. Mas a inspiração é excessivamente esotérica para directamente chegar à alma clara e simples do povo português, enamorada do sol e da vida. Perfeita maravilha de lirismo português é o livro de Vasco Reis, *A Romaria*. Esse, sim, desabrocha do solo português como uma delicada *fioretta* franciscana, roseta branca ou rósea dos pinhais ou dos montados, em plena primavera emocional. O lirismo encantador dessa obra prima unge a paisagem idílica do Além-Douro minhoto, transfigura, em pureza e candura, a alma da sua gente moça ou idosa; ante a aparição final da “Segunda Barca”, magistralmente nuançada, sente-se o mesmo frémido que nos dá a leitura de certos casos de *Phantasms of [the] living*¹⁷. O aparecimento desta obra

¹⁵ Na acta e na transcrição de Artur Anselmo está, erradamente, *Currus Henriquez*. Manuel Curros Enríquez (1851-1908) foi um poeta galego.

¹⁶ Na transcrição de Artur Anselmo está, erradamente, *episódico*.

¹⁷ Na acta e na transcrição de Artur Anselmo está, erradamente, *Phantasms of Living*. O livro *Phantasms of the Living* (1886), de Edmund Gurney, é um estudo sobre aparições, alucinações, telepatia, transmissão de pensamento e outros fenómenos paranormais.

rara ao concurso é para mim um acontecimento igual ao que seria o livro de Cesário Verde ou de António Nobre. Uma revelação excepcional do novo poeta lusíada. Na primeira categoria ficaria, por meu voto, como maior valor, o admirável livro de Vasco Reis. Na segunda categoria do Concurso, como maior valor, o de Fernando Pessoa, digno de ser inscrito, poemeto a poemeto, no solo marmóreo das estátuas dos nossos grandes homens representativos. Em minha consciência assim entendo dever votar em meu isolamento, desde que, por infelicidade minha, só me é dado fazê-lo por escrito e não ouvindo previamente, como soem juízes, para um acórdão final, a autorizadíssima opinião dos meus ilustres colegas do Júri. Far-me-á V Ex.^a a grande bondade, que antecipadamente agradeço, de por mim apresentar, na reunião do Júri, este meu parecer que outro valor não tem, claro está, que o da sua inteira sinceridade, e, desde logo, com os protestos do meu inteiro respeito pelos votos em contrário. Tenho a honra de ser de V. Ex.^a, muito atentamente. a) *Alberto Osório de Castro*. – A de V. Ex.^a, Lisboa, Rua do Infante D. Henrique, 68, 2^o. Dezembro 25, 1934.”

Comentando estas cartas, o Senhor Acácio de Paiva fez várias observações a propósito dos livros do Concurso, terminando por dar o seu voto a *Romaria*, de Vasco Reis¹⁸. Fala, em seguida, o Senhor Doutor Mário Beirão, que manifesta o seu entusiasmo pela mesma obra, classificando o seu autor de “poeta verdadeiro” e a sua poesia, espontânea e límpida, de “voz de uma fonte”. Considera-se, pois, atribuído, por maioria, ao livro de Vasco Reis, o Prémio de Antero de Quental (primeira categoria). Deve registrar-se, quis que ficasse bem expressa a estima que lhe inspiraram *Rapsódia negra*, de Hugo Rocha, obra de valor, mas cujo espírito nem sempre coincidia com as directrizes do Concurso; *Melodias na sombra*, *Caravela ao mar* e *Síntese*. Para a segunda categoria manifestou o Senhor Acácio de Paiva a sua intenção de não dar o seu voto a nenhuma das obras apresentadas, por nenhuma delas o satisfazer completamente. O Senhor Doutor Mário Beirão propõe que o prémio seja atribuído à *Mensagem* de Fernando Pessoa, quer pelo seu valor intrínseco, quer por se tratar duma obra que pode ser encarada no seu conjunto como um autêntico poema nacionalista. Assim se atenderia também à opinião da Senhora Dona Teresa Leitão de Barros, que, tendo o livro de Fernando Pessoa, por ser inferior a cem páginas, transitado para esta categoria, não deixaria por certo de o salientar entre todos. Tendo o Senhor Acácio de Paiva aderido a estas considerações, foi o Prémio de Antero de Quental (segunda categoria) atribuído, por maioria, ao livro *Mensagem*. O Director do Secretariado da Propaganda Nacional congratulou-se pelas resoluções tomadas, sublinhando que um dos mais interessantes objectivos dos Prémios Literários é a revelação e consagração de novos valores, o que sucedera precisamente com a descoberta do belo livro de Vasco Reis, autor até hoje completamente desconhecido do nosso público. Acerca de Fernando Pessoa declarou também a sua grande satisfação por ver o júri

¹⁸ Na acta e na transcrição de Artur Anselmo está, erradamente, *Vasco dos Reis*.

reconhecer e homenagear o mérito da sua obra, trazendo assim à luz duma maior publicidade um nome de marcado prestígio nos cenáculos intelectuais, mas que até agora voluntariamente vivera num isolamento distante. Mostrou-se também resolvido a estudar com atenção o processo de aproveitar a escolha do Júri para demonstrar a Fernando Pessoa o particular apreço que a sua rara personalidade merece a todos os espíritos cultos. Por nada mais haver a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou esta acta, que vai assinada por todos os membros do júri presentes e por mim, que servi de Secretário e a subscrevo.

*António de Menezes*¹⁹

Apêndice 2

Discurso de António Ferro anunciando os premiados no concurso literário de 1934

Texto de sete páginas manuscritas a lápis, numeradas no canto superior direito. No topo da primeira acha-se escrito a lápis vermelho: Discursos. Trata-se do discurso lido por António Ferro a 31 de dezembro de 1934, no restaurante Tavares, no final do almoço em que foi feito o anúncio dos prémios literários de 1934 do Secretariado da Propaganda Nacional. O Diário de Lisboa do mesmo dia deu um resumo deste discurso, transcrevendo apenas a sua parte final. O original encontra-se no arquivo da Fundação António Quadros. Conservou-se a ortografia e a pontuação originais.

*

Meus senhores

Os Premios Literarios creados pelo Secretariado da Propaganda Nacional limitaram-se, no seu ano primeiro, a uma simples tentativa para despertar, em Portugal, o gosto pelas lutas do Espirito, ao ensaio do que virão a ser, em definitivo, esses Premios depois da lição pratica que demos a nós proprios. Instruções mal definidas, prazos mal fixados, desproporção na importancia das recompensas, tudo se procurará emendar no ano segundo destes Premios, a que outros premios se virão juntar. Os resultados presentes, quanto a mim, não podem ter sido mais animadores. Com excepção do Premio Eça de Queiroz que não pôde ser atribuido, os premios creados pelo S.P.N. distinguiram um grupo de autenticos valores, alguns já revelados, outros apenas conhecidos das capelas literarias e um

¹⁹ Nas linhas que antecedem a assinatura a tinta do secretário da reunião, encontram-se à direita, escritos a lápis, os nomes “António Ferro | Acácio de Paiva | Doutor Mário Beirão | D. Teresa Leitão de Barros”, indicando presumivelmente o local onde os membros do júri deveriam ter assinado, mas não assinaram.

dêles, o franciscano Vasco Reis, arrancado, quasi milagrosamente, à sua enternecedora e cristã humildade. Quizeram os membros do juri do Premio Antonio Ennes propôr-me, por unanimidade que alem do premio oficial concedido ao sr. Augusto da Costa pelo seu inquerito “Portugal Vasto Imperio” fosse concedida uma recompensa de igual montante à obra de Fernando Pamplona “Voronoffs da Democracia”. A esse respeito o sr. dr. Joaquim Manso chegou até a sugerir a ideia feliz, logo aprovada, de se desdobrar esse premio, em futuros concursos, em duas categorias: reportagem – doutrina e polemica. O premio Antero de Quental foi atribuido ao padre missionario Vasco Reis. “Mensagem” de Fernando Pessoa obteve o premio da segunda categoria, poesia solta ou romance [sic]²⁰, entre outras razões porque o seu reduzido numero de paginas não lhe permitiu ser incluída na primeira classificação. O facto, que não me alegra, de não ter sido possível atribuir o premio do Romance, cujo montante era de dez mil escudos, permite-me – e agora com alegria! – de aceitar a proposta do juri do Premio Antonio Enes concedendo um premio de dois mil escudos, igual ao primeiro, á obra “Voronoffs da Democracia”. A mesma circunstancia permite-me ainda nivelar, atendendo aos motivos que deslocaram da primeira para a segunda categoria o livro de Fernando Pessoa, os dois premios de Poesia. Assim, tanto à obra purissima de Vasco Reis, “voz de fonte”, como lhe chamou Mario Beirão, como à obra alta, profunda, rara, conscientemente distante de Fernando Pessoa foram concedidas importancias iguais. Resta-me saudar os premiados, saudando nêles a sensibilidade, a cultura e a inteligencia do Portugal novo que nasce todos os dias, e agradecer àquelas figuras representativas do nosso meio, aqui presentes ou lembradas, que constituindo os juris dos Premios do S.P.N., deram uma significativa prova de coragem moral não engeitando aquelas responsabilidades de quem toma atitudes definidas. Vão ser, com certeza, largamente criticadas as nossas deliberações. Comentarios apaixonados, sinceros, publicamente expostos, ou campanhas surdas e tortuosas se devem preparar, neste momento, contra os Premios Literarios do Secretariado da Propaganda Nacional. É caso para dar parabens a V. Ex.^{as} e para m’os dar a mim proprio! O objectivo do S.P.N. foi precisamente crear paixão, combate, atmosfera de polemica na nossa timida e apagada vida literaria, vida em surdina. Se as nossas decisões caissem no vacuo, se não incomodassem ninguem, a tentativa do S.P.N. teria falhado lamentavelmente. Mas tal não acontecerá. Havemos de ser combatidos, hão de caluniar as nossas intenções, hão de inventar conjuras e cabalas entre pessoas que mal se conheciam, que se sentam hoje, pela primeira vez, à mesma mesa. Esperemos que seja assim! Também nós afinal temos direito a um premio e esse combate saudavel, creador, será o nosso premio!

²⁰ É um lapso, em vez de “poema ou poesia solta”.

Apêndice 3

Composição dos júris dos Prémios Literários do SPN de 1934 e obras premiadas



António Ferro e membros dos júris dos Prémios Literários do SPN, reunidos num almoço no primeiro andar do restaurante Tavares, em Lisboa, a 31 de dezembro de 1934. Os retratados são: 1 - Tenente-coronel Costa Veiga; 2 - António Ferro; 3 - António Baião; 4 - Alfredo Pimenta; 5 - Acácio de Paiva; 6 - Manuel Múrias; 7 - Padre Miguel de Oliveira; 8 - Pedro Correia Marques; 9 - Mário Beirão. Esta mesma foto foi publicada no vespertino *Diário de Lisboa* do mesmo dia e no *Diário de Notícias* e *Diário da Manhã* do dia seguinte. No retrato estão apenas 8 dos 18 membros dos vários júris. Segundo o *Diário de Lisboa*, durante o almoço foram lidas as actas das reuniões de cada júri e, no final do “banquete”, foram divulgados os prémios, comparecendo também alguns dos premiados.

Júri do Prémio Alexandre Herculano (história): Alfredo Pimenta²¹, António Baião²², Tenente-coronel Costa Veiga²³ e Manuel Múrias²⁴.

²¹ Alfredo Pimenta (1882-1950), historiador, escritor e polemista. Foi político monárquico, simpatizante do fascismo e apoiante do Estado Novo.

²² António Baião (1878-1961), historiador e director da Torre do Tombo de 1908 a 1948.

²³ Tenente-coronel Augusto Botelho da Costa Veiga (1881-1965), historiador militar e genealogista, director da Biblioteca Nacional de Lisboa de 1928 a 1950. Foi militante monárquico.

²⁴ Manuel Maria Múrias (1900-1960), publicista e político monárquico e salazarista. Foi director do jornal *Revolução Nacional* em 1934.

– Obra premiada: *D. Maria I - Subsídios para a Revisão da História do seu Reinado*, de Caetano Beirão²⁵, por unanimidade.

Júri do Prémio Antero de Quental (poesia): Alberto Osório de Castro²⁶ (votou por correspondência), Teresa Leitão de Barros²⁷ (votou por correspondência), Acácio de Paiva²⁸ e Mário Beirão²⁹.

– A reunião do júri ocorreu a 29 de dezembro. Obras premiadas: na primeira categoria (livro de versos), *A Romaria*, de Vasco Reis³⁰, por maioria; na segunda categoria (poema ou poesia solta), *Mensagem*, de Fernando Pessoa, por maioria. No almoço dos membros dos júris realizado a 31 de dezembro, o director do SPN, declarando existir “um saldo no orçamento dos prémios literários”, decidiu elevar para 5.000\$00 o prémio da segunda categoria, que, segundo o regulamento do concurso, era de apenas 1.000\$00, nivelando-o assim pelo prémio da primeira categoria.

Júri do Prémio Ramalho Ortigão (ensaio): Alfredo Pimenta, Manuel Múrias, João da Providência e Costa³¹ (votou por correspondência) e António Pereira Forjaz³² (votou por correspondência).

– Obra premiada: *No Limiar da Idade Nova*, de João Ameal³³, por unanimidade.

Júri do Prémio António Enes (jornalismo): Joaquim Manso³⁴, Jorge de Faria³⁵, Padre Miguel de Oliveira³⁶ (votou por correspondência) e Pedro Correia Marques³⁷.

²⁵ Caetano Beirão (1892-1968), escritor, historiador e político monárquico, apoiante do Estado Novo.

²⁶ Alberto Osório de Castro (1868-1946), juiz, poeta e político. Foi ministro da Justiça de Sidónio Pais.

²⁷ Teresa Leitão de Barros (1898-1983), escritora e professora liceal, apoiante do Estado Novo.

²⁸ Acácio de Paiva (2863-1944), funcionário da Alfândega de Lisboa, jornalista, poeta e humorista.

²⁹ Mário Beirão (1890-1965), conservador do registo civil e poeta. Foi um destacado colaborador da revista *A Águia*. Os seus primeiros cinco livros de poesia foram publicados pela Renascença Portuguesa.

³⁰ Vasco Reis, pseudónimo de Manuel Reis Ventura (1910-1988), jovem frade franciscano, missionário e poeta.

³¹ João da Providência e Costa (1893-1965), director da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra.

³² António Pereira Forjaz (1893-1972), químico, professor da Faculdade de Ciências de Lisboa, católico e monárquico.

³³ João Ameal (1902-1982), escritor, jornalista, historiador e político monárquico e católico. Foi um ideólogo e propagandista do Estado Novo, colaborando assiduamente com o SPN do seu amigo António Ferro.

³⁴ Joaquim Manso (1878-1956), jornalista e escritor, fundador e director do *Diário de Lisboa*.

³⁵ Jorge de Faria (1888-1960), jornalista e crítico de teatro. Monárquico e integralista, foi colaborador do *Diário da Manhã*, órgão da União Nacional.

³⁶ Miguel Augusto de Oliveira (1897-1968), sacerdote, jornalista e historiador da Igreja.

– Obra premiada: *Portugal, Vasto Império*, de Augusto da Costa³⁸, por unanimidade. No almoço dos membros dos júris realizado a 31 de dezembro, o director do SPN, declarando existir “um saldo no orçamento dos prémios literários”, decidiu conceder um “prémio extraordinário” de jornalismo à obra *Voronoffs da Democracia – Resposta ao Livro-Manifesto da Renovação Democrática*, de Fernando de Pamplona³⁹, correspondendo a uma proposta unânime do respectivo júri.

Júri do Prémio Eça de Queirós (romance): Antero de Figueiredo⁴⁰ (votou por correspondência), Nuno de Montemor⁴¹ (votou por correspondência), Vasco de Mendonça Alves⁴² e Manuel Pestana Reis⁴³ (votou por correspondência).

– A reunião do júri ocorreu a 29 de dezembro. O júri deliberou “por maioria” não atribuir o prémio, no valor de 10.000\$00, por considerar que nenhuma obra correspondia às “altas exigências e finalidades” do concurso. Um membro do júri tinha votado no romance *Herói derradeiro*, de Joaquim Paço d’Arcos. Entre as obras concorrentes achava-se também *Amores Infelizes*, de João Gaspar Simões, que não teve votos.

Fontes: *Diário de Lisboa*, *Diário de Notícias*, *Diário da Manhã*, *Fradique* e Acta do Júri do Prémio Antero de Quental de 1934 (fotocópia, Fundação António Quadros).

³⁷ Pedro Correia Marques (1890-1972), jornalista, redactor principal e depois director do jornal católico e monárquico *A Voz* (1927-1970).

³⁸ Augusto da Costa (1899-1954), jornalista, ensaísta e romancista. Colaborou na imprensa monárquica e foi apoiante do Estado Novo.

³⁹ Fernando de Pamplona (1909-1999), jornalista e escritor, colaborador do *Diário da Manhã*. Veio a destacar-se mais tarde como um crítico violento da arte moderna.

⁴⁰ Antero de Figueiredo (1866-1953), escritor católico e nacionalista que cultivou vários géneros, como os relatos de viagens, o romance histórico e a literatura de tema religioso.

⁴¹ Pseudónimo do Padre Joaquim Augusto Álvares de Almeida. Nuno de Montemor concorreu nesse mesmo ano ao Prémio Antero de Quental (primeira categoria) com o livro de poesia *Água de neve*, mas a sua candidatura parece não ter sido validada, porque, de acordo com a acta, o júri não a considerou na lista de obras a concurso.

⁴² Vasco Mendonça Alves 1883-1962. Funcionário do Teatro de S. Carlos e dramaturgo, com vasta produção de dramas sentimentais e comédias de gosto burguês e conservador. O crítico Gaspar Simões chamou-lhe “o mais sensaborão dos dramaturgos” (“João Gaspar Simões depõe acerca dos Prémios Literários”, *Fradique*, nº 52, de 31 de janeiro de 1935, p. 5). Em 1935, o SPN atribuiu-lhe o Prémio Gil Vicente de teatro.

⁴³ Manuel Pestana Reis 1894-1966. Licenciado em Direito. Foi director do jornal católico *Imparcial*, órgão do CADC, fundado em Coimbra em 1912. Eleito deputado em 1934, foi director do *Diário da Manhã* entre 1936 e 1943. João Gaspar Simões afirmou no *Fradique* (op. cit.) que tanto Pestana Reis como Mendonça Alves, apesar de figurarem no júri como críticos, “nunca escreveram uma crítica”.

Bibliografia

- AMEAL, João (1935). “Mensagem – versos de Fernando Pessoa”, in *Diário da Manhã*, 25 de janeiro, p. 3.
- ANSELMO, Artur (2015). *História do Livro e Filologia*. Lisboa: Guimarães Editores.
- BARRETO, José (2009). “Pessoa e Fátima. A propósito dos escritos pessoanos sobre catolicismo e política”, in *Fernando Pessoa: o guardador de papéis*. Jerónimo Pizarro (ed.). Alfragide: Texto, pp. 219-281.
- ____ (2008). “Salazar and the New State in the Writings of Fernando Pessoa”, in *Portuguese Studies*, vol. 24, n.º 2, pp. 168-214.
- BLANCO, José (2007). “A verdade sobre a Mensagem”, in *A Arca de Pessoa: novos ensaios*. Steffen Dix e Jerónimo Pizarro (eds.). Lisboa: ICS, pp. 147-158.
- ____ (1988). “A Mensagem e a crítica do seu tempo”, in *Fernando Pessoa no seu Tempo*. Eduardo Lourenço e António Braz de Oliveira (coords.). Lisboa: Biblioteca Nacional.
- BRÉCHON, Robert (1996). *Étrange étranger*. Paris: Christian Bourgois Éditeur.
- CAMPOS, Ramiro Guedes de (1937). *Portugal: Poemas*. Lisboa: Editorial Império.
- CASTRO, Fernanda de (1988). *Ao Fim da Memória*. Lisboa: Verbo.
- FERRO, António (1936). “Semanário”, in *Diário de Notícias*, 30 de novembro, p. 1.
- ____ (1935). *A Política do Espírito e os Prémios Literários do SPN*. Lisboa: SPN.
- ____ (1927). *Viagem à Volta das Ditaduras*, Lisboa: Empresa do Diário de Notícias.
- FRANCO, António Cândido (2008). “Mário Beirão”, in *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*. Fernando Cabral Martins (coord.). Lisboa: Caminho, pp. 79-80.
- FREITAS DA COSTA, Eduardo (1951). *Fernando Pessoa – Notas a uma Biografia Romanceada*. Lisboa: Guimarães & C.ª.
- GAGLIARDI, Caio (2014). “Mário Beirão e Fernando Pessoa: Lusitânia intertexto de Mensagem”, *Pessoa Plural – A Journal of Fernando Pessoa Studies*, n.º 5 Primavera, pp. 70-87. <<https://doi.org/10.7301/Z018350B>>.
- LOPES, Teresa Rita (2009). “Mensagem e a sua circunstância”, in *Diário de Notícias*, 7 de dezembro. Pode ser consultado em: <<https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/convidados/interior/mensagem-e-a-sua-circunstancia-1440532.html>>.
- LOURENÇO, António Apolinário (2011). “Camões e Fernando Pessoa”, in *Dicionário de Luís de Camões*. Vítor Aguiar e Silva (org.). Lisboa: Caminho.
- MARGARIDO, Alfredo (1986). “Introdução” a Fernando Pessoa, *Santo António, São João, São Pedro*. Lisboa: A Regra do Jogo, pp. 9-90.
- MOURA, Vasco Graça (2009). “Notas sobre a Mensagem”, I, II e III, in *Diário de Notícias*, 9, 16 e 23 de dezembro. Pode consultar-se em:
- 1) <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/vasco-graca-moura/interior/notas-sobre-a-mensagem-i-1442321.html>
 - 2) <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/vasco-graca-moura/interior/notas-sobre-a-mensagem-ii-1448376.html>
 - 3) <https://www.dn.pt/opiniao/opiniao-dn/vasco-graca-moura/interior/notas-sobre-a-mensagem-iii-1454241.html>
- NOGUEIRA, Albano (1933). “Uma iniciativa cultural”, in *Presença*, n.º 40, Coimbra, dezembro, p. 15.
- OGANDO, Alice (1935). “‘Mensagem’ – Poemas de Fernando Pessoa”, in *O Diabo*, 27 de janeiro, p. 4.
- OSÓRIO, João de Castro (1935a). “Um missionário poeta”, in *Suplemento Literário do Diário de Lisboa*, 22 de fevereiro, p. 6.
- ____ (1935b). “A ‘Mensagem’ do Desejado. O sentimento sebastianista na moderna poesia”, in *Suplemento Literário do Diário de Lisboa*, 12 de abril, p. 6.
- PAIVA, Acácio de (1916). “Os do ‘Orpheu’”, in *Ilustração Portuguesa*, 17 de julho, p. 441.

- PEREIRA, José Carlos Seabra (1996). Prefácio a *Poesias Completas de Mário Beirão*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, pp. 15-47.
- PESSOA, Fernando (2015). *Sobre o Fascismo, a Ditadura Militar e Salazar*. Edição de José Barreto. Lisboa: Tinta-da-china.
- ____ (2013). *Apreciações Literárias*. Edição de Pauly Ellen Bothe. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- ____ (2011). *Associações Secretas e outros Escritos*. Edição de José Barreto. Lisboa: Ática [Babel].
- ____ (1998). *Correspondência 1905-1922*. Edição de Manuela Parreira da Silva. Lisboa: Assírio & Alvim.
- ____ (1935). “A Romaria”, in *Suplemento Literário do Diário de Lisboa*, 4 de janeiro, p. 5.
- QUEIRÓS, Luís Miguel (2009). “Mensagem clonada”, in *Público*, 1 de dezembro. Ver: <<https://www.publico.pt/2009/12/01/culturaipilon/noticia/mensagem-clonada-246370>>
- REIS, Vasco (1935). “Palavras de um premiado” in *Fradique*, n.º 58, 14 de março, pp. 1 e 7.
- RIBEIRO, Nelson (2007). “A Emissora Nacional: das emissões experimentais à oficialização (1933-1936)”, in *Comunicação & Cultura*, n.º 3, pp. 175-199.
- SÁ-CARNEIRO, Mário de (2015). *Em Ouro e Alma – Correspondência com Fernando Pessoa*. Edição de Ricardo Vasconcelos e Jerónimo Pizarro. Lisboa: Tinta-da-china.
- SIMÕES, João Gaspar (1981). *Vida e Obra de Fernando Pessoa*. Amadora: Livraria Bertrand. 4.ª ed.
- ____ [1950]. *Vida e Obra de Fernando Pessoa*. Amadora: Livraria Bertrand. 2 vols.
- ____ (1935a). “João Gaspar Simões depõe acerca dos Prémios Literários” (carta ao director), in *Fradique*, n.º 52, 31 de janeiro, pp. 5 e 7.
- ____ (1935b). “João Gaspar Simões refuta Vasco Reis” (carta ao director), in *Fradique*, n.º 61, 4 de abril, pp. 1 e 5.

Notícias e artigos em jornais (por ordem cronológica)

- O SÉCULO CÓMICO (1915a). “A propósito duma ‘novidade’” (assinado por João Ripanso, um pseudónimo de Acácio de Paiva), 14 de abril.
- O SÉCULO CÓMICO (1915b). “Santa Rita Pintor (do Orfeu)” (assinado por Belmiro, um pseudónimo de Acácio de Paiva), 8 de julho.
- ILUSTRAÇÃO PORTUGUESA (1919). “A Arte Bizarra. O Cubismo e o Futurismo” (não assinado, da autoria presumível de Acácio de Paiva), 15 de dezembro, pp. 471-473.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1933). “Política do espírito – O Secretariado de Propaganda Nacional vai instituir cinco prémios literários para o ano de 1933-1934”, 29 de novembro, p. 1.
- DIÁRIO DE LISBOA (1934). “Os prémios dos concursos do Secretariado de Propaganda Nacional”, 31 de dezembro, p. 16.
- DIÁRIO DA MANHÃ (1935). “Os concursos literários”, 1 de janeiro, pp. 1 e 3.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS (1935). “Os prémios literários do Secretariado da Propaganda”, 1 de janeiro, pp. 1-2.